



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Três Rios
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas - DCEEX

RENATA LEIJOTO AUGUSTA DA SILVA

O DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO A PARTIR DAS VISÕES DE PREBISCH E FURTADO

Três Rios

2017



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Três Rios
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas - DCEEX

RENATA LEIJOTO AUGUSTA DA SILVA

O DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO A PARTIR DAS VISÕES DE PREBISCH E FURTADO

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dr. Carla Curty do Nascimento
Maravilha Pereira

Três Rios

2017

RENATA LEIJOTO AUGUSTA DA SILVA

O DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO A PARTIR DAS VISÕES DE PREBISCH E FURTADO

Monografia de conclusão de curso submetida ao curso de Ciências Econômicas do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof^ª. Elisa Alonso Monçores Viana – ITR/UFRRJ

Prof. Leandro Gomes da Silva – ITR/UFRRJ

Prof^ª. Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira – ITR/UFRRJ
Professora Orientadora

Três Rios

2017

Dedico este trabalho a minha família que me apoiou desde o início dessa jornada e não me deixou fraquejar um minuto que seja.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pois foi n'Ele que eu depusitei a minha fé desde o início da faculdade até a finalização deste trabalho.

Meu segundo agradecimento vai para os meus pais, Maria Aparecida e Ronaldo. Mãe, durante estes anos em que saí de casa para seguir meus sonhos, só nós sabemos o que enfrentamos. Foram diversos momentos que passamos longe uma da outra, mas nos mantivemos perto em nossos corações. Eu não podia contar com a sua presença física diariamente, mas quem nos conhece sabe, são incontáveis as vezes que nos falamos por meio de ligações. Só você foi capaz de largar tudo para vir cuidar de mim ou me fazer companhia quando as coisas não estavam indo bem. Muito obrigado por tudo, eu te amo!

Pai, durante apenas seis anos da minha vida tive o prazer de compartilhar diariamente da sua presença física. Porém, quando eu precisei do seu apoio para trilhar meu caminho, você se mostrou solícito e não mediu esforços para me ajudar. Obrigado pelo orgulho que sente por mim e por todas as conversas inteligentes que teve comigo nos nossos poucos encontros anuais. Muito obrigado, eu te amo!

Gostaria de agradecer aos meus irmãos, Juliana e Luiz Felipe. Mesmo vocês sendo o oposto um do outro, muito me ensinam sobre paciência e amizade. Obrigado por mesmo distante, estarem presentes no meu coração. Eu amo vocês!

Não poderia deixar de agradecer minha avó Maria José, meu tio Renato, minha tia Cristina e todos meus familiares que me ajudaram durante a trajetória acadêmica. Muito obrigado por tudo!

Agradeço também Gabriel Henrique, que presenciou toda a ansiedade, os dias na frente do computador e os estresses diários. Obrigado por entender e me apoiar!

Meu muito obrigado também vai para os meus amigos, tanto os de Barbacena quanto as novas amizades que esse período da faculdade me presenteou. Todos vocês são peças fundamentais na minha vida!

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Carla Curty, que desde o primeiro e-mail trocado quando ainda não era minha orientadora, se mostrou muito gentil, delicada e educada. Carla, você acima de tudo prestou brilhantemente o papel de orientação para a confecção deste trabalho, sem você e o seu conhecimento, nada disso seria possível. Muito obrigada por

toda orientação prestada, e por resgatar minha vontade de escrever e concluir esse processo turbulento que foi a minha monografia!

Gostaria de agradecer a banca examinadora, composta por Elisa Alonso e Leandro Gomes, dois grandes professores que eu tive a honra de ser aluna. Obrigado por vocês terem se colocados à disposição para avaliar meu trabalho e por todos os conselhos que me deram ao longo desse processo!

“Antes de pensar, observe!”

Raúl Prebisch

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito apresentar o processo de inserção histórico e teórico dos economistas Raúl Prebisch e Celso Furtado no contexto do subdesenvolvimento latino-americano, demonstrando a trajetória dos autores e suas contribuições sobre o estruturalismo, assim como seus apontamentos sobre os problemas advindos do processo de industrialização tardia enfrentado pelos países latino-americanos. Sobre Raúl Prebisch tentaremos apresentar a principal questão encontrada em todas suas investigações e pesquisas sobre o desenvolvimento latino-americano, que diz respeito ao crescimento econômico. Já para Celso Furtado usaremos o recorte teórico feito por Ricardo Bielschowsky para apresentar sua análise histórico-estrutural e seu debate sobre a dificuldade dos setores absorverem mão-de-obra. Desenvolveremos o processo de formação da concepção do sistema centro-periferia, o desenvolvimento de fora para dentro, a análise da industrialização periférica, a tendência ao desequilíbrio externo e a contribuição teórica de ambos os autores sobre o estruturalismo.

Palavras-Chave: Subdesenvolvimento. Raúl Prebisch. Celso Furtado. Estruturalismo. Periferia. Dependente. Colonial. Centro-Periferia. Latino-Americano.

ABSTRACT

The purpose of this present work is to introduce the theoretical and historical insertion process of the economists Raúl Prebisch and Celso Furtado in the context of Latin American underdevelopment, demonstrating the trajectory of the authors and their contributions on structuralism as well as their notes about the problems of the Latin America late industrialization. About Raul Prebisch, we will try to present the main matter found in his investigations and researches about Latin America development, more specifically, the economic growth. For Celso Furtado, we will use the theoretical cut done by Ricardo Bielschowsky to demonstrate his historical-structural analysis and in his debate about the difficult of the sectors to absorb labor. We will develop the system center-periphery formation concept, inside out development, periphery industrialization analysis, external imbalance tendency and the theoretical contribution of both authors about structuralism.

Key-words: Underdevelopment. Raúl Prebisch. Celso Furtado. Struturalism. Periphery. Dependent. Colonial. Center-periphery. Latin American.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – A INSERÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DE RAÚL PREBISCH NO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO.....	14
1.1. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais”: Contribuição de 1949.....	14
1.2. “Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico”: Contribuição de 1951.....	21
1.3. “Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano”: Contribuição de 1963.....	26
1.4. “Capitalismo Periférico: Crises e Transformações”: Contribuição de 1981.....	31
CAPÍTULO 2 – A INSERÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DE CELSO FURTADO NO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO.....	39
2.1. “Formação Econômica do Brasil”: Contribuição de 1959.....	40
2.2. “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”: Contribuição de 1961.....	50
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

A questão do subdesenvolvimento sempre chamou atenção de muitos pensadores, economistas, estudantes e leigos, pois trata de um tema bastante complexo e com muitas formas de interpretação. Diferentes autores divagam sobre assunto, porém a questão do subdesenvolvimento é em si uma condição imposta a determinadas regiões, povos ou países. Pensando dessa forma, a investigação do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos desperta o interesse de vários estudiosos, pois esses países contam com processos históricos específicos, com uma política independente após a Revolução Industrial e se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas, tornando-os nações de economias subdesenvolvidas.

Desta maneira, neste trabalho pretendemos apresentar as visões do subdesenvolvimento latino-americano nas perspectivas de dois economistas e intelectuais – Raúl Prebisch e Celso Furtado. Apresentaremos quais foram as contribuições históricas e teóricas de ambos os autores, dando ênfase em algumas das publicações onde dedicaram parte dos seus estudos e pesquisas para apresentar aos leitores suas formas de pensamento sobre a questão do subdesenvolvimento nos países da América Latina.

Perante isso, o que apresentaremos sobre Raúl Prebisch será uma síntese de algumas das suas obras, onde observamos a percepção do autor sobre a questão do desenvolvimento econômico. Apontaremos nas sínteses das quatro obras utilizadas, como se deu a formação do pensamento do autor sobre o sistema centro-periferia, além de enfatizar a sua concepção do desenvolvimento de fora para dentro e alguns dos problemas advindos do processo de industrialização periférica.

Ainda sobre Raúl Prebisch, mostraremos historicamente como se deu a formulação da sua teoria do estruturalismo, onde fica claro que sua forma de pensamento leva a acreditar o quanto importante é aprofundar os estudos desde o início das conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, pois se percebe que os problemas enfrentados pelas economias latino-americanas não se centralizam apenas nos seus processos de industrialização, mas sim desde os seus processos de colonização. E assim, apresentaremos quais foram os conselhos para os países periféricos que o autor aponta em suas obras.

No que diz respeito a Celso Furtado, apresentaremos por meio de um recorte teórico-temporal feito por Ricardo Bielschowsky no prefácio da coletânea de textos do Raúl Prebisch que foi organizado por Adolfo Gurrieri (2011) os dois pontos fundamentais para complementar e aprofundar a questão do estruturalismo latino-americano apresentada e formulada por Prebisch, que diz respeito ao pensamento do processo histórico-estrutural da economia colonial e ao debate sobre a dificuldade que a economia capitalista enfrentou para absorver mão de obra. Sendo assim, faremos uma síntese de duas de suas principais obras nas quais o autor apresenta sua concepção estruturalista e sua formação da teoria do subdesenvolvimento.

Também apresentaremos considerações nas quais Celso Furtado deixa evidente que o desenvolvimento latino-americano está ligado à dependência externa, mostrando que esse processo atingiu seu auge no momento que aconteceu a crise sistêmica da economia colonial, ou seja, a crise da economia cafeeira. Tentaremos mostrar quais foram as questões desde a economia colonial até o processo de industrialização que o autor apresentou nas suas obras.

Além disso, tentaremos deixar evidente que durante o processo de formação da sua teoria do subdesenvolvimento, Celso Furtado mostra que a problemática dos países latino-americanos deve ser estudada a partir das suas raízes sociais e econômicas, pois dessa forma seria possível compreender a singularidade latino-americana e perceber que subdesenvolvimento é uma situação particular desses países. Pois, desde o processo de colonização dos países latino-americanos, em especial o caso brasileiro, observa-se que eles foram utilizados no intuito de extrair recursos naturais e mão-de-obra para as economias capitalistas centrais.

Com a apresentação das formulações dos autores, esperamos apresentar a visão dos autores sobre quais foram as especificidades no processo de industrialização latino-americano, assim como os resultados, os desafios para o futuro e as estratégias políticas necessárias para enfrentá-las. Pois, percebe-se que existem algumas semelhanças na forma de pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado, além do segundo apresentar novas formulações que completam a teoria do estruturalismo do primeiro.

Portanto, a escolha do tema “O debate sobre o desenvolvimento e estruturalismo Latino-Americano a partir das visões de Prebisch e Furtado” tem como propósito estudar o processo histórico-estrutural do pensamento dos autores sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos.

A metodologia utilizada neste trabalho será apresentar uma introdução sobre o tema proposto, além de contar com dois capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo apresentaremos sínteses das quatro obras mais importantes de Raúl Prebisch, onde pretendemos apresentar como se deu sua formulação sobre o processo do subdesenvolvimento latino-americano. Já no segundo capítulo apresentaremos sínteses das duas obras mais importante de Celso Furtado para que assim possamos compreender a sua formulação histórica e teórica sobre o estruturalismo latino-americano, além das novas contribuições para a teoria do estruturalismo.

CAPÍTULO 1 – A INSERÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DE RAÚL PREBISCH NO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Neste capítulo, será descrito como ocorreu a inserção histórica e teórica de Raúl Prebisch no contexto de subdesenvolvimento latino-americano. O objetivo é demonstrar a trajetória do autor e parte da sua contribuição sobre o assunto no qual o mesmo dedicou parte da sua vida estudando e se indagando sobre os problemas do subdesenvolvimento latino-americano.

Na visão do economista e pensador, será descrita nesse capítulo parte da sua percepção sobre o desenvolvimento econômico e seus principais problemas, como o crescimento econômico. Também será descrita a concepção do sistema centro-periferia, o desenvolvimento de fora e para dentro, assim como a sua análise da industrialização periférica e a tendência ao desequilíbrio externo.

Esse capítulo contará com subitens, onde se pretende demonstrar o processo de formação do pensamento do autor ao longo de alguns anos, para que assim possamos ter consciência da sua visão sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

1.1. “O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS PRINCIPAIS”: CONTRIBUIÇÃO DE 1949

Após a vitória de Juan Domingo Péron na eleição para presidência da Argentina em fevereiro de 1946 e a nacionalização do Banco Central, que Prebisch havia ajudado a criar, a vida de Raúl Prebisch sofreu grandes tribulações. Após ter sua contratação rejeitada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em fevereiro de 1949, Prebisch aceitou a oferta da Comissão Econômica dos Países da América Latina e Caribe (CEPAL) para realizar consultorias no período de quatro meses em Santiago, no Chile.

Na primeira sessão da CEPAL em junho de 1948 ficou decidido que futuramente deveriam apresentar um documento intitulado “Investigação econômica da América Latina”, o qual serviria para demonstrar a estrutura e a direção que tomaria a comissão. Entretanto, houve muitas dificuldades dos economistas latino-americanos para a redação do documento e foi então que Raúl Prebisch tomou a liderança de redigi-lo, mas acabou se frustrando com o resultado final que parecia incompleto e teve que descartá-lo.

Foi então que após conhecer os escritos de Hans Singer sobre o desenvolvimento econômico, Prebisch retomou o fôlego e com uma nova estrutura e estilo de escrita, redigiu o documento, intitulado o novo texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (1949) que serviu para analisar os pontos da atividade econômica dos países em desenvolvimento e marcou um novo período na América Latina. Nesta seção buscamos sintetizar os principais argumentos de Prebisch neste texto.

Segundo Edgar J. Dosman, escritor e pesquisador que escreveu a biografia de Raúl Prebisch em 2011, o “Manifesto de 1949” como ficou conhecido, mostra que

“Prebisch estruturou um marco inesquecível, apesar de enganosamente simples, para explicar por que o sistema não funcionava no interesse mútuo das nações ricas e das pobres, por que os países industrializados recebiam os maiores lucros e o que devia ser feito para restaurar a igualdade na economia internacional.” (DOSMAN, 2011, p. 280).

Em seu Manifesto, Prebisch deixa claro que o ciclo econômico é a maneira na qual alcançamos o crescimento e segundo o autor “muito já se escreveu a seu respeito nos centros, mas muito pouco no que concerne à periferia” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 123). E a partir de então, passou a utilizar com mais frequência o termo centro-periferia, que havia formulado em 1921¹ para tratar dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, de maneira a destacar suas diferenças e os processos de desenvolvimento desiguais.

No que diz respeito ao termo centro-periferia, Edgar J. Dosman diz que no Manifesto de 1949 fica claro que:

“A concepção “centro-periferia” da economia mundial enfatiza muito mais explicitamente a dinâmica e a estrutura da desigualdade global. Começava com a reivindicação de uma economia mundial unificada, na qual todos os países, industrializados e em desenvolvimento, estavam ligados em um único sistema de trocas e eram afetados por um ciclo econômico comum. Dentro desse sistema, no entanto, havia papéis bem diferentes: os países agrícolas produziam produtos primários para os industrializados em troca de produtos manufaturados, enquanto o ciclo econômico começava nos países centrais e se espalhava para a periferia.” (DOSMAN, 2011, p. 281)

¹ Termo formulado e usado pela primeira vez no artigo de Raúl Prebisch publicado em 1921, intitulado “*Notas sobre o nosso meio circulante*” que foi publicado em cinco edições da “*Revista de Ciências Económicas*” entre 1921-1922. Porém, os termos “centro” e “periferia” só se tornaram famosos 25 anos depois, em 1945, “quando fez a crítica estruturalista da ortodoxia liberal” (DOSMAN, 2011, p. 61).

Contudo, ao acreditar que naquela época a realidade do continente periférico estava voltada para a produção de alimentos e matérias primas para os grandes centros, Prebisch argumentava que essas estavam destruindo a divisão internacional do trabalho e colocando uma nova maneira para alcançar o caminho da atividade industrial. Como também defendia que a distribuição dos benefícios gerados pelas trocas era desigual, devido ao comércio exterior e ao fato do ciclo econômico favorecer em grande parte os países industrializados, pois os ganhos de produtividade eram maiores em produtos industriais do que em produtos primários. Além disso, constatou que a deterioração dos termos de troca também beneficiava os países centrais devido à apropriação do excedente da produtividade que fora gerado nos países periféricos.

Quanto à divisão internacional do trabalho, Raúl Prebisch salienta que existe a premissa que “o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 71), porém para a periferia latino-americana o desenvolvimento da produtividade e do progresso técnico chegou com certo atraso e resultou em grandes desigualdades sociais.

Segundo Prebisch, os países da América Latina enfrentam problemas, interesses e possibilidades muito amplos e semelhantes. A estas questões que Prebisch dedicou parte da sua vida investigando e buscando soluções práticas para resolvê-las.

Para reverter esse processo de desigualdades, Raúl Prebisch acreditava que o processo de industrialização era totalmente necessário para que no futuro os países da periferia pudessem absorver o progresso técnico e assim elevar o padrão de vida da sociedade latino-americana.

Um problema inicial que Prebisch encontrou na América Latina diz respeito à industrialização. O autor reconhece que a mesma não acompanha o desenvolvimento da produção de matérias primas, há necessidade de bens de capital, como maquinaria e instrumentos de melhor qualidade, além de reconhecer que tais países não acompanham o progresso técnico do resto do mundo.

A solução para esse problema estaria na importação de bens de capital e na exportação de produtos primários, pois segundo Raúl Prebisch “quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital” (PREBISCH, [1949] 2000, p.73).

Sendo assim, os países da América Latina apoiados em seus comércios exteriores conseguiriam absorver os elementos essenciais para o desenvolvimento econômico, tais como matérias primas e bens de capital. Afinal, o desenvolvimento econômico e o intercâmbio entre os países já estavam ocorrendo na maioria dos países latino-americanos com o processo de crescimento da atividade econômica e conseqüentemente, do nível de emprego, exigindo aumento das importações de artigos de consumo, bens de capital e matérias primas, porém as exportações não conseguiam alcançar o mesmo ritmo.

Segundo Prebisch, existia um fator principal para o problema de comércio externo, pois caso não fosse possível aumentar o coeficiente de importações, a América Latina teria que desviar suas importações para os países que tivessem divisas para pagá-las e conseqüentemente desviariam do seu padrão de importação tendo que optar por importações caras e inadequadas.

Sobre o que diz respeito ao desenvolvimento econômico da América Latina e ao progresso técnico, Prebisch observou que ambos dependiam de um alto grau de investimento estrangeiro para que assim alcançasse bom êxito. Porém existe o problema de inversão de capital, onde os serviços financeiros deveriam ser pagos com exportações na mesma moeda. Ao contrário, se as exportações não crescessem nas mesmas proporções, a solução para esse problema seria direcionar os investimentos para aplicações produtivas e assim diminuir as importações, o que levaria ao pagamento dos serviços financeiros.

Diante de todas as teorias para a adoção de uma doutrina de aumento do coeficiente de importações, Prebisch alerta que “Supor que o cumprimento dos pagamentos externos e o bom funcionamento monetário dependem meramente da decisão de adotar regras do jogo acarreta um erro de graves conseqüências.” (PREBISCH, [1949] 2000, p.75). Pois, os países da periferia já haviam vivido em um passado recente – século XIX – onde sofreram com enormes dificuldades no manuseio da moeda ao adotarem o padrão ouro.

Quanto à política monetária, Prebisch percebeu que nos países periféricos não houve a diminuição da moeda circulante para garantir a estabilidade da moeda e por isso vivenciaram uma alta inflação. Devido ao problema de escassez de dólares, percebeu-se que alguns países da América Latina aumentaram consideravelmente sua moeda circulante e assim aumentou a pressão sobre a balança de pagamentos, exigindo que as divisas estrangeiras fossem usadas para outros fins que não fosse para o desenvolvimento econômico. Além do mais, na maioria

dos países periféricos, a poupança não se mostrava suficiente para cobrir suas necessidades de capital e a expansão monetária servia apenas para fazer uma redistribuição de renda.

Para o autor, o nível de poupança depende do nível de produtividade do trabalho, porém em apenas alguns países da América Latina foi possível por meio de redução da necessidade de capital estrangeiro, alcançar um nível de produtividade suficiente e assim diminuir a escassez de poupança nacional. Portanto, esses países submergem no círculo vicioso no qual a falta de capital é causada pelo baixo nível de poupança e da baixa produtividade. E para reverter esse círculo, é necessária a ajuda do capital estrangeiro, pois segundo Raúl Prebisch:

“Se sua aplicação for eficaz, o aumento da produtividade ao longo do tempo, permitirá desenvolver a própria poupança e com ela substituir o capital estrangeiro, nas novas inversões exigidas pelas inovações técnicas e pelo crescimento da população.” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 108)

A partir da redistribuição de renda, os padrões de vida e de consumo das massas aumentaram, o que ocasionou uma necessidade maior de acumulação de capital na América Latina, visto que o aumento de consumo se mostrava incompatível com o grau de capitalização. De acordo com Raúl Prebisch, alguns países periféricos já tinham capacidade de poupança e assim conseguiam realizar investimentos industriais, deixando implícita a concepção da Lei de Say da teoria clássica.

Porém, Prebisch demonstrou novamente sua visão sobre a formação do capital necessária para o processo de industrialização e progresso técnico, onde diz que para isso deveria diminuir o consumo das grandes massas e fazer uso das divisas da poupança, pois assim os investimentos estrangeiros fariam com que houvesse aumento imediato da produtividade por trabalhador, o que aumentaria a produção e assim aumentaria a formação de capital.

Para se obter aumento na produtividade, Prebisch acredita que seria necessário o aumento do emprego industrial, que conseqüentemente aumentaria a renda líquida nacional e assim elevaria cada vez mais a margem de poupança. Todavia, ainda existe uma necessidade de capitalização, que não é compatível com o tipo de consumo das grandes massas e com a quantidade de renda nacional absorvida pelas despesas fiscais que não aumentam a produtividade nacional.

Por isso, para alcançar a industrialização verifica-se que deveria haver um alto rigor na aplicação do capital devido a sua escassez. Além do mais, teria que levar em consideração os dois objetivos da industrialização, que segundo Raúl Prebisch são os seguintes:

“Quando ela é considerada como o meio para atingir um ideal de auto-suficiência, no qual as considerações econômicas passam para segundo plano, qualquer indústria que substitua as importações torna-se admissível. Se o objetivo, no entanto, é aumentar aquilo que com acerto se denominou de bem-estar mensurável das massas, é preciso ter em mente os limites além dos quais uma industrialização maior poderia significar uma quebra da produtividade.” (PREBISCH, [1949] 2000, p.78).

Devido a isso, Prebisch nos lembra que no passado os países da América Latina só obtiveram crescimento de fora para dentro, sendo totalmente dependentes do crescimento das exportações. Porém, observou-se que o crescimento deveria ser apoiado na industrialização, não deixando de lado a importância das exportações primárias, pois através delas que conseguiam obter divisas para obter importações. Além disso, por meio do progresso técnico aumentaria a eficácia produtiva, como também seria possível reverter o desequilíbrio da renda entre os países do centro e os da periferia, por meio da industrialização e de uma legislação social.

Todavia, verifica-se um limite para a industrialização que impede o desenvolvimento dos países periféricos, que seria o problema de que tais países tentavam desenvolver indústrias idênticas às dos países centrais, fazendo com que a eficiência produtiva diminuísse e a desigualdade social aumentasse. Além disso, outro problema do desenvolvimento industrial é a tendência a não utilização eficiente do progresso técnico e a divisão excessiva dos mercados. Mas, quanto a esses problemas, Prebisch diz que “uma política esclarecida de interdependência econômica seria capaz de eliminar, com grande benefício mútuo” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 79).

Uma das soluções de Raúl Prebisch para os problemas sociais e para o desenvolvimento econômico da América Latina seria a adoção de políticas anticíclicas, através das quais seria possível elevar a renda real, pois:

“A propagação das flutuações cíclicas dos grandes centros para a periferia latino-americana implica perdas consideráveis de receita. Se fosse possível evitar essas perdas, o problema da formação de capital se tornaria menos difícil.” (PREBISCH, [1949] 2000, p.79)

Todavia, o autor deixa claro que tais países periféricos já conheciam tais políticas anticíclicas, porém deveriam aprofundar seus conhecimentos e atenção sobre elas, afinal:

“Essa política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo, pois a indústria, como já foi dito, faz com que se evidencie a vulnerabilidade da periferia às flutuações e contingências do centro. Não basta aumentar a produtividade, com isso absorvendo fatores desempregados e mal empregados. Também é preciso evitar que, uma vez alcançada a produção produtiva de seus fatores, eles tornem a ficar desempregados por obras das flutuações cíclicas.” (PREBISCH, [1949] 2000, p.135).

Por meio do reajuste do coeficiente de importações, a política anticíclica e a política de desenvolvimento econômico satisfariam as necessidades comuns dos países periféricos e manteria o máximo de emprego. Portanto, Prebisch afirma que “Justamente as indústrias e atividades que atendem a essas necessidades são as que nossos países podem implantar com menos dificuldade, graças a um mercado que se amplia cada vez mais, à medida que o incremento da produtividade vai aumentando o consumo.” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 135); e assim estariam em condições de suportar as crises sem perder níveis de consumo e emprego.

No que diz respeito à elevação dos padrões de vida da população dos países periféricos, o autor mostra que a política de desenvolvimento econômico realizada nos países periféricos tem a necessidade de aumentar o nível de produtividade, processo que depende da importação de máquinas eficientes derivadas do progresso técnico, pois assim seriam ofertados novos bens duráveis. E por meio de exportações ou investimentos estrangeiros, conseguiriam obter esses bens de capitais fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Entretanto, Prebisch afirma que na visão da política anticíclica, as importações dos bens de capitais fariam com que ocorressem oscilações nas exportações, pois nos países periféricos a adoção de indústrias de bens duráveis na fase inicial do desenvolvimento industrial teria que obedecer a casos particulares e, infelizmente, o conhecimento da estrutura econômica de todos os países da América Latina, assim como das políticas anticíclicas de crescimento e desenvolvimento eram precárias.

Portanto, pretendeu-se apresentar como as contribuições de Prebisch no “Manifesto de 1949” ofereceram um diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano e uma saída para o estado de dependência na qual os países periféricos se encontravam. O movimento realizado

por Prebisch no “Manifesto de 1949” foi demonstrar as causas do sistema econômico não funcionar de acordo com os interesses mútuos do centro e da periferia, assim como as causas dos países industrializados deterem maiores partes do lucro, explicitando o processo de desenvolvimento desigual da periferia com relação ao centro e deixando expostas as possíveis soluções para a restauração da igualdade na economia internacional, como era o caso da industrialização. Ou seja, segundo Edgar J. Dosman “tratava-se de uma receita de mudança não revolucionária e não comunista, que os governos na região poderia aplaudir independentemente da orientação ideológica de cada um” (DOSMAN, 2011, p.281).

1.2. “PROBLEMAS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO”: CONTRIBUIÇÃO DE 1951

Após a leitura da biografia escrita por Edgar J. Dosman (2011) intitulada “Raúl Prebisch (1901-1986) – A construção da América Latina e do Terceiro Mundo”, podemos perceber que entre 1949 e 1951 Raúl Prebisch mudou seu pensamento sobre o desenvolvimento da América Latina, pois nesse momento ele possuía uma visão mais regional sobre o continente, resultado de visitas aos países periféricos, deixando para trás sua visão centralizada apenas na Argentina. Em Santiago, o autor conseguiu criar a base para dar continuidade aos estudos sobre o desenvolvimento regional e assim fornecer uma política de desenvolvimento autônomo para a América Latina, criando assim o estruturalismo.

Em 1951 Prebisch estava vivendo uma fase de renascimento na sua carreira, se tornando uma celebridade internacional e possuindo o apoio da CEPAL para realizar estudos e observações sobre desenvolvimento e planejamento dos países da América Latina. Nesse período a mensagem enfatizada nas suas apresentações segundo Edgar J. Dosman, era que os países periféricos precisavam realizar mudanças na sua maneira de pensar e assim transformar a relação entre centro e periferia, pois segundo Raúl Prebisch, “um país só pode avançar mediante a transformação industrial” (PREBISCH *apud* DOSMAN, 2011, p. 316).

Nessa época, Prebisch se mostrava cauteloso em apontar medidas específicas para promover o desenvolvimento da América Latina, pois:

“A meta regional global era a transformação econômica da América Latina, mas o processo seria demorado e complexo, exigindo planejamento, industrialização

acelerada, tributação, reforma agrária, cooperação técnica, investimento estrangeiro e crescimento do comércio.” (DOSMAN, 2011, p.317).

E foi em 1951 que Raúl Prebisch escreveu a tese “Problemas Teóricos e práticos do crescimento econômico”, onde pretendia mostrar algumas reflexões sobre alguns aspectos do desenvolvimento econômico da América Latina, assim como do progresso técnico, da industrialização, do desequilíbrio externo, da inflação e de como a América Latina poderia desenvolver um modelo próprio de planejamento. Além disso, o autor demonstra a necessidade de entender o problema da produtividade e da relativa escassez de fatores.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, acreditava que existia na América Latina dois tipos de desenvolvimento, um no presente e um no passado dos países periféricos. Afinal, ao comparar as características do desenvolvimento da época em que escrevia, resultantes da dinâmica das próprias economias latino-americanas, percebe-se que tais não se destoam totalmente das características ocorridas no século XIX. Prebisch ao longo da obra apresenta seu argumento contrapondo o desenvolvimento dos anos 1950, época na qual escrevia, e a que se referia como “desenvolvimento presente”, com o desenvolvimento ocorrido no século XIX a que se referia como “desenvolvimento passado”.

Todavia, pôde-se perceber que os dois tipos de desenvolvimento são diferentes nos seus objetivos e processos, pois segundo Prebisch:

“Enquanto o desenvolvimento passado tinha em vista, primordialmente, as necessidades de produtos primários dos grandes centros industriais, o de agora tem por propósito elevar o nível de consumo dos países em que acontece. Num dos casos, a exportação é o instrumento para conseguir toda sorte de importações de produtos manufaturados; no outro, ela é o instrumento para alcançar o desenvolvimento progressivo da produção interna.” (PREBISCH, [1951] 2011, p.248).

Assim como na sua publicação de 1949, na qual já citamos no subitem anterior, Prebisch afirma que a técnica produtiva moderna do desenvolvimento passado era direcionada para as atividades ligadas às exportações, porém no desenvolvimento presente (anos 1950) o progresso técnico pretende atingir todos os tipos de produção, no intuito de aumentar a produtividade e conseqüentemente o consumo, atingindo assim objetivo da substituição de importações.

Quanto ao consumo, segundo Prebisch, verifica-se que no desenvolvimento passado delimitava a uma parte da população articulada com a economia internacional, porém no desenvolvimento presente (anos 1950) verifica-se que devido ao progresso técnico investido na produção primária onde se encontra quantidades maiores de população economicamente ativas, a grande massa consegue ter acesso ao consumo.

No desenvolvimento passado os grandes centros investiam capital na produção primária dos países periféricos afim de auto satisfazê-los em seu próprio consumo através da exportação; já no desenvolvimento presente (anos 1950) os investimentos destinados à produção são retirados da poupança dos próprios países periféricos a fim de elevar o consumo. Por conta dessas mudanças, Prebisch deixa claro que:

“Essas mudanças que vêm ocorrendo, ou que poderiam ocorrer, dizem respeito à estrutura do comércio exterior, à forma e à orientação dos investimentos e à propagação da técnica moderna dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos.” (PREBISCH, [1951] 2011, p.249).

A mudança nas relações entre os países centrais e periféricos diz respeito primeiramente à estrutura do comércio exterior, visto que o desenvolvimento econômico impõe mudanças na importação quando se eleva a renda. Assim, só se importaria quando fosse necessário para as exportações e para os investimentos estrangeiros estimularem o desenvolvimento.

Por isso, Prebisch demonstra a necessidade de analisar as tendências de importações dos países periféricos para compreender as necessidades do desenvolvimento econômico, pois assim conseguiriam elaborar programas de desenvolvimento interno, como também ajudar os programas dos países exportadores, para que direcionassem seus investimentos nas indústrias de exportação.

O autor mostra algumas necessidades dos países em desenvolvimento, como a obrigação de incentivar a produção substitutiva para a continuidade do crescimento, pois assim eles teriam que abdicar de alguns produtos de importações que coincidiria com as exportações dos grandes centros. E também, como a necessidade de reduzir alguns itens de importações para abstrair alguns bens de consumo e dar espaço para as importações mais relevantes. Ou ainda, a necessidade dos países latino-americanos de saberem diferenciar as importações indispensáveis ao desenvolvimento econômico devido ao alto nível de divisas absorvidas por elas, pois desfrutavam de pouca capacidade de compra.

Fica evidente que, para o autor, os países periféricos precisam ter um empenho maior de capitalização para agilizar o processo de desenvolvimento econômico e para isso terão que importar bens de capital, bens de produção e artigos de consumo básicos. Porém, Prebisch alerta que “caberia indagar se a necessidade de aumentar essas importações essenciais é sempre conciliada com a demanda de outras importações que, sem serem supérfluas na totalidade dos casos, estão muito longe de ser indispensáveis” (PREBISCH, [1951] 2011, p. 251).

Tais importações poderiam afetar as diversas formas de consumo de todas as classes sociais, pois seriam produtos mais modernos derivados do progresso técnico que parecem conciliáveis com alto nível de renda. Assim, forçaria a intensificar a capitalização dos países periféricos para que as classes sociais tivessem acesso ao consumo, porém poderia levar a delonga desse processo. Por isso, se mostra necessário o apoio dos países centrais para que as mudanças na composição do comércio exterior sejam feitas com pequenos transtornos.

Para essas necessidades e problemas, Prebisch mostra que a especialização das formas de produção industrial por meio do progresso tecnológico se torna necessária para que assim os países da América Latina pudessem investir na produção própria dos artigos industriais que não detém capacidade de importar. Porém, se mostra necessário uma alta quantidade de capital por trabalhador para alcançar o desenvolvimento de formas técnicas e formas de produção semelhantes à dos países centrais.

Entretanto, Raúl Prebisch explicita que essa solução não se torna viável devido à relativa escassez de capital e “Portanto, seria preciso indagar até que ponto se justifica esse outro caso de transferência, para os países menos desenvolvidos, de forma que os mais desenvolvidos foram adquirindo paulatinamente, à medida que aumentava a renda real per capita” (PREBISCH, [1951] 2011, p. 255). Com isso, deve-se aumentar a capitalização interna, direcionar os investimentos estrangeiros e moldar o progresso técnico nos países periféricos, pois devido à enorme quantidade de mão de obra empregada com baixo capital e baixa produtividade, o escasso capital deve ser direcionado para o aumento da produção e não para os investimentos que reduzem a produtividade da mão de obra.

Quanto ao progresso técnico, Prebisch apresenta algumas propostas teóricas da política de desenvolvimento, como o fato da industrialização ser uma maneira de alcançar o crescimento e que o mesmo tenha a capacidade de levar os países periféricos ao desequilíbrio externo, por meio de mudanças nas formas de produção, na demanda e na forma como a mão

de obra ativa satisfaz a demanda. Portanto, a redução do desequilíbrio externo deve ocorrer para que se alcance perfeitamente o crescimento da economia.

Assim sendo, a industrialização exerce o papel de absorver a mão de obra excedente e estimular outras atividades para poderem contribuir com o crescimento. Pois, através do progresso técnico e da industrialização geraria um ciclo, onde aumentaria a renda global e a renda per capita, modificando a composição da demanda, transformando a formação das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna que faria com que as importações aumentassem.

Caso esse ciclo não funcione perfeitamente, o aumento da renda levará ao problema do desequilíbrio externo e em um contexto ainda mais negativo, caso o aumento da renda seja maior que as exportações e a capacidade de importar, o problema tende a se agravar. Assim como o problema da inflação nos países periféricos que também causa o desequilíbrio externo.

Porém, mesmo em um contexto inflacionário, os países periféricos ainda conseguem dar continuidade ao crescimento, pois a inflação consegue corrigir a insuficiência da demanda interna e assim ocorrer mudanças na composição das importações. Por isso, Prebisch diz que:

“A inflação, portanto, tem nos países latino-americanos um papel dinâmico que se por lado evidencia agudamente o desequilíbrio imane do processo de crescimento, por outro tende a corrigi-lo. Mas ela o faz com um custo social considerável.” (PREBISCH, [1951] 2011, p.278).

Portanto, o problema central do desenvolvimento econômico dos países periféricos tende a ser continuar crescendo sem o tormento da inflação e do desequilíbrio externo.

Sobre este documento, Bruno Borja diz que a contribuição de Prebisch foi à concretização da proposta de “uma política de intervenção estatal e planejamento da industrialização periférica: um planejamento amplo que coordenasse protecionismo, industrialização substitutiva e desenvolvimento balanceado entre indústria e agricultura de exportação” (BORJA, 2013, p. 145). Pois, nas suas apresentações ele já havia deixado claro que os países periféricos não deveriam tomar medidas extremas, mas sim buscar fortalecer os setores primários para incentivar o comércio externo e assim alcançar a substituição de importações.

Além disso, Prebisch deixou claro no seu documento grandes conselhos para os países periféricos, como o controle da inflação, o fortalecimento do setor privado e a adoção de um governo flexível. Quanto ao processo de industrialização, enfatizou “os limites da industrialização tanto quanto seu comprometimento com ela, a ferramenta central do desenvolvimento” (DOSMAN, 2011, p. 317).

1.3. “POR UMA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO”: CONTRIBUIÇÃO DE 1963

Usando novamente como aporte sua biografia², percebemos que ao longo dos anos – 1951 a 1961 – Raúl Prebisch havia mudado sua maneira de pensar e começou a ser visto como uma celebridade internacional, onde pregava para os países da América Latina suas mensagens de transformações na relação entre centro e periferia. Após sua visita a Cuba em 1951, o autor retornou para sede da CEPAL com fôlego para reorganizá-la, e assim, segundo Edgar J. Dosman tratou logo de “remodelar o secretariado, aumentando a equipe e aperfeiçoando a estrutura” (DOSMAN, 2011, p.319) da organização.

Já em 1955, o ambiente que prevalecia na CEPAL era tomado por um sentimento de frustração, devido à percepção de que a Comissão estava perdendo o espaço para realização de pesquisas acadêmicas e estudos sobre desenvolvimento, sendo agora apenas um instrumento para formulações de projetos e relatórios. Sendo assim, Prebisch percebeu que precisava de “um novo impulso de liderança na chefia de uma nova missão da Cepal, a fim de reverter a queda no entusiasmo e reavivar seu próprio espírito” (DOSMAN, 2011, p. 369).

E durante a reunião da Comissão em 1957, na Bolívia, Prebisch conseguiu a aprovação da sua nova missão para CEPAL, que era a adoção de medidas práticas – integração regional – para a resolução dos problemas das economias periféricas. Assim sendo, começaram os estudos e as investigações para a identificação dos principais problemas regionais, pois só assim seria possível “preparar o trabalho de base necessário às soluções” (DOSMAN, 2011, p. 382) e com isso, os primeiros resultados da Comissão foram promissores.

² Escrita por Edgar J. Dosman (2011) intitulada “*Raúl Prebisch (1901-1986) – A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*”.

Porém, o projeto de Prebisch para a criação do mercado comum latino-americano apresentou problemas logo de imediato, como a dificuldade de fundamentar a cooperação internacional e por infringir “o artigo XXIV do GATT, isto é, não promoveria distorções no comércio”³ (DOSMAN, 2011, p.389). Assim sendo, na reunião da Comissão em 1959, no Panamá, seu projeto foi rejeitado, entretanto foi criada uma Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc), que reacendeu “seu desejo de voltar a uma atividade intelectual” (DOSMAN, 2011, p. 394).

Após a reunião ministerial do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1960, que serviu “para redigir novos estatutos e começar o esforço do planejamento” (DOSMAN, 2011, p. 409) da nova “Aliança para o Progresso” que havia sido um projeto lançado pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA) – John F. Kennedy – e que prometia “uma versão do capitalismo progressista fundamentado em interesse e respeito mútuos” (DOSMAN, 2011, p.409), deixou Prebisch entusiasmado e satisfeito.

Durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1961, ficou declarado que a década de 1960 seria a década do desenvolvimento, onde o desenvolvimento internacional teria que ser expandido e coordenado. Porém, em 1962 o painel de especialistas composto para analisar os planos de desenvolvimento foi rejeitado em Washington e Raúl Prebisch renunciou do seu cargo de diretor-geral do painel de especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA), e segundo Edgar J. Dosman deu fim ao “ano da América Latina” (DOSMAN, 2011, p.422).

Depois de abandonar a CEPAL (1962), Prebisch assumiu o cargo de secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e segundo Edgar J. Dosman encontrou um ambiente:

“Muito bem preparada e organizada, com comparecimento expressivo e sem a retórica inflamada sobre as relações Norte-Sul, ela resultou uma declaração que fixava as principais características de um programa comum para enfrentar os obstáculos internos e externos ao desenvolvimento, endossando uma conferência da ONU para lidar com questões importantes relativas ao comércio internacional, comércio de produtos primários e relações econômicas entre países em desenvolvimento e industrializados.” (DOSMAN, 2011, p.435).

³ Artigo XXIV do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT) que diz respeito às “condições para a formação de áreas de livre comércio e uniões aduaneiras”.

Foi então que Prebisch reuniu economistas, cientistas políticos, consultores e acadêmicos para fazerem parte da sua equipe e assim conseguirem redigir documentos e realizar pesquisas importantes para garantir o progresso da Unctad. Segundo Edgar J. Dosman, na segunda reunião da conferência “chegou-se a um acordo sobre os cinco temas mais importantes para a I Unctad: comércio de produtos primários; comércio de bens manufaturados; financiamento e negócios correlatos (transporte marítimo e seguros); novas instituições; e problemas regionais” (DOSMAN, 2011, p.445).

Nesse clima, Prebisch mudou o tom do seu discurso e propôs a necessidade para transformações que deveriam ocorrer nos países em desenvolvimento como: mudanças de longo prazo no comércio e desenvolvimento; criação de uma política econômica internacional que beneficiasse os países centrais e periféricos; e crescimento da participação dos países em desenvolvimento no mercado internacional.

Em 1963, Raúl Prebisch escreveu “Por uma dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano”, onde propôs demonstrar as transformações estruturais necessárias para abrir caminho para o desenvolvimento, assim como a acumulação de capital, a distribuição de renda e o tipo de desenvolvimento fechado. Além disso, o autor pretendia chamar atenção para os pontos de estrangulamento interno dos países periféricos.

Prebisch neste momento havia tomado consciência que os problemas da América Latina eram de origem estruturais que não foram solucionados no passado e que comprometiam o crescimento do sistema econômico da época e o desenvolvimento. Além de deixar claro que os países da América Latina precisavam solucionar esses problemas para que o desenvolvimento pudesse acompanhar o crescimento da população, melhorar a renda média dos trabalhadores, diminuir os índices de subalimentação, de péssimas moradias, de enfermidades e de analfabetismo.

Entretanto, mesmo com tantos problemas, Prebisch diz que “a renda média do habitante latino-americano é expressivamente superior à de outras regiões periféricas” (PREBISCH, [1963] 2000, p. 454) e juntamente com algumas transformações do progresso técnico na produção e na estrutura da economia, conseguiria, portanto, diminuir o alto índice de pobreza com maior facilidade.

Verifica-se também que, para Prebisch, um grande obstáculo para o desenvolvimento da América Latina diz respeito à estrutura social, pois a mesma dificulta o aparecimento de

uma mão de obra capaz de enfrentar riscos e assumir responsabilidades do progresso técnico, além de dificultar a distribuição da riqueza e da renda, pois diminui o incentivo à atividade econômica e o ritmo de acumulação de capital, transformando-a em incentivo ao consumo desenfreado das altas classes sociais.

Para solucionar o problema da estrutura social seria necessário realizar uma forte repressão do consumo das altas classes sociais. Assim, conseguiríamos alcançar o desenvolvimento, melhorar a distribuição de renda e aumentar a taxa de crescimento. Também seria fundamental segundo o autor, fazer uma política redistributiva na qual aumentaria a renda pessoal atingindo assim as classes mais pobres e uma política de austeridade que juntamente com investimentos internacionais conseguiria aumentar a acumulação de capital e acelerar o processo de crescimento da renda pessoal da população.

A política redistributiva juntamente com o progresso tecnológico faria com que as transformações de distribuição de renda tivessem um alcance maior, afinal, combateria o elevado consumo das classes mais altas e assim ajudaria a solucionar os problemas de acumulação de capital e aumentaria a taxa de crescimento dos países periféricos.

Entretanto, tais soluções apresentam algumas delimitações como a falta de capacidade dos países da América Latina de conseguir gerar uma poupança, isso segundo Prebisch, causado pelo estrangulamento externo do desenvolvimento e a escassez de produção de bens de capital. Por isso, percebe-se que os investimentos estrangeiros são essenciais até que os países sofressem tais transformações estruturais.

Uma das transformações poderia ser a da estrutura do comércio internacional, pois devido ao intercâmbio dos países periféricos ser voltado para fora, ou seja, na produção de produtos primários para serem trocados por manufaturas, Prebisch diz que “acabou-se por aceitar a industrialização periférica como uma exigência inelutável do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, [1963] 2000, p. 457). Porém, devido ao desenvolvimento, as exportações primárias não conseguem acompanhar o aumento das importações de produtos manufaturados, resultando em desequilíbrio.

Portanto, Prebisch mostra que com o avançar do processo de industrialização, devesse compreender a necessidade de incentivar as exportações industriais e as dos produtos primários para os diversos mercados internacionais, por mais que se tenha dificuldade em se

propor um intercâmbio recíproco, devido o avanço da industrialização dos países da América Latina ter sido em mercados quase que exclusivamente fechados.

Esse tipo de desenvolvimento fechado da América Latina causa problemas como a deterioração da relação de preços de intercâmbio, atenua os problemas do estrangulamento externo e da ínfima capacidade de acumulação de capital, o que segundo Prebisch, afeta diretamente o poder de compra das exportações. E assim sendo, deixa claro mais uma fragilidade dos países da América Latina, que é absorver os resultados do progresso técnico.

Por isso, Prebisch diz que para solucionar os problemas do desenvolvimento fechado e do estrangulamento externo existe a extrema necessidade de uma “cooperação internacional para resolvê-las, tanto no campo do intercâmbio quanto no do financiamento” (PREBISCH, [1963] 2000, p. 459). Caso contrário, haveria deterioração cada vez maior da estrutura de intercâmbio comercial, além de dificultar a “continuidade da democracia latino-americana”.

A contribuição de Prebisch nesse relatório explicitou a sua mudança de pensamento, onde segundo Edgar J. Dosman:

“Agora ele iria muito mais longe na crítica às elites latino-americanas e na ligação do apoio extremo com a mudança interna: propriedade da terra, educação pública e distribuição de renda. Mercados em expansão, tecnologia e acesso à assistência e ao capital eram ingredientes necessários à modernização, mas reformas políticas e sociais eram precondições fundamentais, sem as quais a assistência estrangeira fracassaria.” (DOSMAN, 2011, p.427).

Ao enfatizar que o desequilíbrio comercial prejudicava os países periféricos e apoiar uma taxa mínima de crescimento, assim como o aumento das exportações, percebe-se que Raúl Prebisch apresenta com clareza em seu relatório todas as alternativas de políticas de comércio e desenvolvimento. E segundo Edgar J. Dosman, Prebisch orientou os países periféricos a um objetivo específico, onde “uma política de cooperação internacional é somente complementar; não pode substituir o desenvolvimento” (DOSMAN, 2011, p. 454), ou seja, deveriam fortalecer o comércio entre países centrais e periféricos, como também compartilhar de interesses de longo prazo mútuos para equilibrar o comércio internacional e resolver os problemas socioeconômicos dos países em desenvolvimento.

1.4. “CAPITALISMO PERIFÉRICO: CRISES E TRANSFORMAÇÕES”: CONTRIBUIÇÃO DE 1981

Durante a sua permanência na Unctad – 1962 a 1969 –, Raúl Prebisch ficou “conhecido como defensor da descentralização do sistema da ONU” (DOSMAN, 2011, p. 440), ganhando o título de “rival” do sistema da ONU, além de acumular diversas inimizades, como Jacob L. Mosak e Georges Palthey. Após perceber que a Unctad não viria a “ser o principal centro mundial de pesquisa e de ideias sobre comércio e desenvolvimento e um fórum para negociações globais no âmbito da ONU” (DOSMAN, 2011, p. 500), Prebisch pediu sua demissão da Unctad em 1968.

Após sua saída da Unctad, Prebisch voltou a trabalhar em tempo integral como diretor-geral do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) e nesse momento “ele era uma das personalidades latino-americanas mais reconhecidas no mundo, integrava as mais importantes redes internacionais e, depois de vinte anos de experiência na ONU, conhecia por dentro, como ninguém, as organizações internacionais” (DOSMAN, 2011, p. 504).

Durante o período de 1967 a 1971 o Ilpes enfrentou diversos problemas, entre eles a falta de liderança e a falta de inovação em pesquisas desde 1964. Em 1972 Prebisch lutava para salvar o instituto, “pois sabia que a integração na Cepal significava o fim do instituto como um centro de pesquisa e ideais independente na América Latina” (DOSMAN, 2011, p. 524). Porém, depois de diversas tentativas sem sucesso, Prebisch pediu demissão do instituto (1972) e deu continuidade ao seu cargo de assessor do secretário-geral da ONU sobre desenvolvimento.

Desde a sua demissão da Unctad (1968), Prebisch viveu cinco anos tendo o “seu período menos criativo” (DOSMAN, 2011, p. 532) e por causa de todo o desgaste emocional, físico e intelectual, em 1973 “decidiu se aposentar como assessor internacional” (DOSMAN, 2011, p. 533). Agora, segundo Edgar J. Dosman, Prebisch:

“Precisava mudar de rumo, começar uma nova fase, livre das burocracias internacionais que ele mesmo tinha concebido e moldado, mas onde não se encaixava mais. E nunca tinha sido tão urgente apresentar novas análises e idéias, diante das mudanças que varriam a América Latina e o sistema internacional” (DOSMAN, 2011, p.533).

Em 1975 assumiu a edição da nova “Revista da Cepal”, solicitando pesquisas, artigos, ideias e debates para a sua equipe, realizando assim o seu retorno à CEPAL. Nesse momento, Prebisch se sentia livre para expor sua visão e opinião sobre diversos assuntos, como: estrutura centro-periferia; transformação e desenvolvimento; e teoria da dependência.

Segundo Edgar J. Dosman, Prebisch estava em uma fase mais crítica, como também mais aberta para discutir assuntos além do desenvolvimento da economia latino-americana, pois percebeu que:

“O capitalismo periférico, escreveu, era cada vez mais exclusivo e conflituoso porque se baseava na desigualdade social. O modelo dos países industrializados, quando projetado para a América Latina, era incapaz de elevar o padrão de vida das classes baixas. O capitalismo conseguira distribuir benefícios nos países ricos, mas o “capitalismo imitativo” dos países em desenvolvimento só beneficiava os “afortunados” porque o “excedente estrutural” extraído pelas elites latino-americanas e as multinacionais, suas aliadas, era usado no consumo e não no investimento produtivo. A penetração da ética de consumo norte-americana trouxe consigo uma tecnologia intensiva em capital que reforçou a estrutura de classes dessas sociedades. O resultado era um consumo alto, poupança baixa e desemprego crescente, com economias pouco dinâmicas, tendendo a excesso de mão de obra, crises cíclicas e pobreza de imigrantes deslocados para os centros urbanos. Em contraste, os países industrializados centrais tinham sociedades mais equitativas, em que todos os grupos contavam com poder social para exigir sua parte nos benefícios trazidos pela tecnologia.” (DOSMAN, 2011, p.540).

E assim começou a trabalhar sob o ponto de vista de aconselhar e dar sugestões para os países da América Latina, tais como Edgar J. Dosman nos mostra:

“Os latino-americanos precisavam amadurecer: a integração regional era essencial para que a América Latina forte, democrática e próspera assumisse o lugar que devia ter no mundo. Era preciso acabar com a fascinação acrítica diante de modelos estrangeiros em teoria econômica e produzir abordagens próprias para um desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento implicava mudança social e política, não apenas crescimento econômico, e era um desafio difícil e ético. Sem uma estratégia e uma governança globais, não teria sucesso. Por fim, os extremos tinham de ser evitados. Um estado forte era tão importante quanto mercados abertos.” (DOSMAN, 2011, p.541).

Nesse contexto, publicou o livro “Capitalismo periférico: Crises e Transformações” em 1981, onde tentou mostrar o papel da periferia latino-americana no sistema global do

capitalismo. Ao aprofundar os estudos na dinâmica dos grandes centros, na dinâmica interna do capitalismo periférico, no excedente da produtividade e na acumulação de capital, Raúl Prebisch retrata a mudança ocorrida na estrutura do poder econômico e político, que segundo Edgar J. Dosman consistia no fato de que o “poder e mercado substituíram governança e equidade” (DOSMAN, 2011, p. 551), além de enfatizar a crise do sistema capitalista e a sua teoria da transformação.

Nesta obra, ao analisar a dinâmica dos grandes centros e seu alcance limitado, Prebisch identificou as especificidades do capitalismo periférico e utilizou-se do fato de haver diferenças do progresso técnico na periferia para o progresso técnico no centro para exemplificar melhor como o desenvolvimento tecnológico dos grandes centros causam mudanças nas estruturas dos países periféricos.

O progresso técnico dos grandes centros causa aumento da produtividade e conseqüentemente da demanda nestes países, com isso a industrialização diversifica a produção de bens e serviços; entretanto os países periféricos ficam a mercê dessa industrialização e ao se industrializarem sofreram dificuldades quanto ao intercâmbio industrial, e assim tiveram que se especializar em exportação de produtos manufaturados. Uma variável fundamental para esse processo da periferia, foram segundo Raúl Prebisch, as empresas transnacionais que “contribuíram muito mais para a internacionalização das formas de consumo do que para a internacionalização da produção” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 636).

A exportação de produtos manufaturados juntamente com a substituição de importações quando desarticuladas levam ao desequilíbrio externo do desenvolvimento periférico e os grandes centros não fazem esforço para incentivar as exportações de manufaturados da América Latina, levando à continuação do processo de substituição de importações.

E é assim que Prebisch chama atenção para as relações de dependência centro-periferia, onde:

“Nessas relações articula-se o interesse econômico dos grupos dominantes dos centros com os dos países periféricos, e, no jogo dessas relações de poder, a superioridade técnica e econômica dos primeiros tem uma força poderosa.” (PREBISCH, [1981] 2011, p.636).

Porém, o desenvolvimento dos países periféricos não pode ser totalmente dependente dos interesses econômicos dos grandes centros e do mercado mundial, pois os mesmos foram responsáveis pelas crises do período de redação e publicação do livro (1981) e pela evasão de recursos naturais da América Latina. Portanto, Prebisch diz que “é preciso combinar as decisões individuais no mercado com decisões coletivas fora do mercado que se sobreponham ao interesse dos grupos dominantes” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 637).

Outro ponto que o autor usa para exemplificar o alcance limitado da dinâmica dos grandes centros diz respeito à estrutura social da periferia, pois percebe-se que os países centrais difundem suas tecnologias, estrutura de consumo e modo de vida na periferia, que tendem a imitá-lo. Os problemas causados são as disparidades geradas nas mudanças da estrutura social dos países periféricos, que segundo Prebisch para acompanhar os grandes centros, desenvolvem relações de interdependência quanto “as estruturas técnicas, produtivas e ocupacionais, a estrutura de poder e a estrutura distributiva” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 637).

O desenvolvimento do progresso técnico na América Latina aumenta a produtividade e gera mudanças na estrutura ocupacional da população, porém não se visualiza mudanças na estrutura de renda da grande parcela de mão de obra. Portanto, apenas a mão de obra qualificada consegue se adequar às mudanças técnicas e assim ser empregada nas camadas de alta produtividade. O restante da produtividade que não é apto para o restante da mão de obra é considerado pelo autor, como o excedente da produção.

Esse excedente da produção é fruto de um fenômeno estrutural e é absorvido pela alta camada social que acaba fazendo com que a circulação aconteça apenas nesse meio. E devido à péssima distribuição de renda que acaba gerando, a periferia tende a imitar formas de consumo dos grandes centros, causando uma deterioração das formas de acumulação de capital que poderiam ser feitas.

Porém, segundo Prebisch a junção do progresso tecnológico, do aumento da produtividade e do aumento da renda são capazes de gerar mudanças na produção de bens e serviços, que juntamente com alguns investimentos geram elevação na “proporção de capital não reprodutivo sem que aumente a produtividade nem se multiplique o emprego, em detrimento do capital reprodutivo necessário para impulsionar o desenvolvimento” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 639).

Portanto, Prebisch enfatiza que essa debilidade em acumular capital reprodutivo demonstra que “o sistema não pode absorver com intensidade as camadas inferiores da estrutura social e fazer frente a outras manifestações de redundância da força de trabalho” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 639).

Além de o progresso técnico causar mudanças nas estruturas sociais, ele também é capaz de gerar mudanças na estrutura do poder. Neste sentido, Prebisch acreditava que o aumento da produtividade juntamente com o desenvolvimento do processo de democratização da América Latina e o poder sindical e político das altas classes sociais se manifestariam no mercado e no Estado, fazendo com que as classes médias tivessem acesso às formas de consumo dos grandes centros devido ao aumento da remuneração da força de trabalho.

Com o aumento das remunerações, percebeu a diminuição dos custos empresariais diante dos aumentos da produtividade, porém verificou que o excedente de produção estava sendo transferido para o aumento dos preços que causavam um novo aumento dos salários e acabava gerando o problema da espiral inflacionária. E para solucionar esse problema, Prebisch enfatiza que “para que a oferta possa ser absorvida, aumentada pelo custo maior, é indispensável que a demanda e a renda das camadas de onde ela provém cresçam correlativamente” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 641).

Porém, no desenvolvimento periférico percebe-se que a espiral inflacionária é um processo que pode ocorrer com maior facilidade, devido ao processo de democratização que aumentou o poder político e dos sindicatos, e conseqüentemente elevou os gastos dos mercados e do Estado. Assim, a crise inflacionária aparece e pode durar durante um longo prazo, gerando de acordo com Prebisch “a desordem econômica e a desintegração social” (PREBISCH, [1981] 2011, p. 641).

É nesse contexto, que Prebisch apresenta a sua teoria da transformação, que se divide em duas opções nas quais o Estado exerceria sua ação reguladora do uso social do excedente, pois assim conseguiria elevar a acumulação de capital e solucionar as disparidades da distribuição de renda.

A primeira diz respeito a uma visão socialista, onde o Estado tomaria posse da propriedade e da gestão dos meios de produção que geram o excedente, para que assim as decisões sobre a acumulação de capital e a solução das disparidades estruturais da distribuição de renda fossem tomadas coletivamente. E a segunda demonstra uma visão mais liberal, onde

o Estado empregaria o excedente com uma racionalidade coletiva sem precisar tomar posse da propriedade, assim o propósito do capital para servir a demanda seria realizado livremente no mercado por meio de decisões individuais.

Segundo o autor, tais transformações exigem mudanças fundamentais na estrutura do poder político e econômico. E o seu papel foi estabelecer que o desenvolvimento da periferia não precisava seguir os mesmos caminhos do desenvolvimento nos grandes centros, mesmo eles sendo dotados de grande poder. Portanto, Prebisch mostra que:

“São necessárias grandes transformações, mas é preciso saber para quê, como e para quem se transforma. Também é necessária uma teoria da transformação.”
(PREBISCH, [1981] 2011, p.647)

Depois de expor suas novas contribuições nessa obra, Prebisch sofreu críticas teóricas de muitas escolas de pensamento econômico e autores, como Heraldo Munõz, Osvaldo Sunkel, Sidney Dell e Octavio Rodriguez. Algumas críticas foram devido às falhas teóricas cometidas e outras devido a não apresentação de uma teoria do Estado. Edgar J. Dosman enfatiza que também criticaram a falta de definição de alguns termos usados na sua obra, como o “superávit estrutural”; além de achá-lo “inadequado e antiquado” na sua publicação (DOSMAN, 2011, p. 553).

Porém, Prebisch não ficou ressentido e depois de uma longa trajetória de vida, estudos e pesquisas, começou dedicar-se a outros assuntos, tais como:

“Nessa fase de seu pensamento, expandiu sua abordagem do desenvolvimento, discutindo pobreza, formação de capital, padrões de consumo, empresas multinacionais, direitos humanos e transformações institucionais, junto com integração regional e obstáculos ao comércio internacional.” (DOSMAN, 2011, p.553)

Com isso, deixou claro que sua missão na América Latina foi direcionar o debate latino-americano e orientar que os problemas sociais – pobreza, distribuição de renda, marginalização, entre outros – eram os grandes obstáculos do desenvolvimento. Prebisch considerava que “distribuição equitativa, crescimento econômico vigoroso e novos padrões institucionais em uma democracia realmente participativa” (DOSMAN, 2011, p.554) seriam os propósitos para alcançar o desenvolvimento do continente e “o desafio de construir uma nova ordem era reunir as vantagens dos dois sistemas e evitar suas fraquezas” (DOSMAN, 2011, p.554).

Além disso, devemos destacar a importância das contribuições de Prebisch sobre alguns dos elementos mais dissertados nas obras usadas neste trabalho, que são: a deterioração dos termos de troca; a questão da elasticidade da renda; a insuficiência de poupança interna; e o desequilíbrio da balança de pagamento.

Ao que diz respeito à deterioração dos termos de troca e à questão da elasticidade da renda, Borja diz que a contribuição de Prebisch sobre a análise do tema iniciou-se na publicação “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (1949), onde apresentou:

“Parte da constatação empírica da deterioração dos termos de troca dos países primário-exportadores durante a crise mundial dos anos 1930 e da percepção de que a especialização produtiva nos marcos da divisão internacional do trabalho não gerava a convergência dos níveis de renda, como defendia a teoria tradicional, mas, ao contrário, implicava um desenvolvimento desigual, com ampliação das diferenças de renda per capita.” (BORJA, 2013, p. 138)

Sobre a questão da insuficiência de poupança, Prebisch (1949) utilizou da mesma obra citada anteriormente para começar a analisar “o círculo vicioso da condição periférica para a formação de capital” (BORJA, 2013, p. 140) que ocorreu durante o processo de industrialização, além de utilizar como aporte para o desenvolvimento dos seus argumentos a famosa “lei de Say”. Devido a isso, Borja apresenta como ficou colocado a ideia do Prebisch quanto essa questão:

“A margem de poupança para investimento é baixa porque depende da produtividade do trabalho, mas a produtividade é baixa porque falta capital aplicado na produção, isto é, a margem de poupança é baixa para investir. Apesar da grande influência de Keynes, Prebisch segue o raciocínio clássico da lei de Say para ver uma contradição entre investimento e consumo, ou seja, se há muito consumo não há poupança para investir.” (BORJA, 2013, p.140)

Como tentamos apresentar nas sínteses das suas obras, fica evidente que no decorrer das suas publicações, Prebisch aprofundou as análises sobre esses elementos. A sua análise sobre a questão da tendência dos países periféricos sofrerem com o desequilíbrio da balança de pagamentos foi aprofundada posteriormente, e segundo Borja, Prebisch (1950) apresentou que a industrialização periférica induzia ao “aumento do coeficiente de importações, pela maior demanda por bens de capital e pelo aumento de renda transformado em maior demanda de artigos de consumo importados” (BORJA, 2013, p. 142), e por causa do aumento do

coeficiente de importações juntamente com “a restrita capacidade para importar confirma uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos na periferia” (BORJA, 2013, p. 143).

Portanto, neste capítulo apresentou-se os principais argumentos da visão sobre subdesenvolvimento de Raúl Prebisch, a partir da síntese das formulações em algumas de suas principais obras, a saber: “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns De Seus Problemas Principais” (1949); “Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico” (1951); “Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano” (1963) e “Capitalismo Periférico: Crises e Transformações” (1981). No próximo capítulo mostraremos os elementos da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado.

CAPÍTULO 2 – A INSERÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DE CELSO FURTADO NO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

Neste segundo capítulo, usaremos como base parte do recorte teórico feito por Ricardo Bielschowsky que se encontra no prefácio da coletânea de textos do Raúl Prebisch organizado por Adolfo Gurrieri (2011), onde ele apresenta dois momentos históricos da carreira de Celso Furtado nos quais apresenta contribuições teóricas e analíticas para a teoria estruturalista do desenvolvimento latino-americano apresentada por Raúl Prebisch. O primeiro momento diz respeito à dimensão histórico-estrutural; e segundo ao debate sobre a dificuldade que os setores detinham para absorver mão de obra. Utilizaremos também elementos da análise sobre a obra de Celso Furtado feita por Bruno Borja em sua tese de doutorado intitulada “A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado” (2013).

Para descrever a inserção de Celso Furtado no primeiro momento, utilizamos como base o seu livro, intitulado “Formação Econômica do Brasil” (1959), onde buscamos demonstrar a sua contribuição teórica da análise histórico-estrutural ao estruturalismo. Pois de acordo com Bielschowsky, esse livro “é uma bem-sucedida tentativa de apontar os elementos históricos na formação brasileira que legitimam o uso do estruturalismo e de suas conclusões de política econômica” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12).

No segundo momento, usamos como aporte o seu livro intitulado “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961), no intuito de demonstrar as suas contribuições analíticas sobre a questão do subemprego ao estruturalismo. Segundo Bielschowsky, “ele foi o primeiro a levantar a possibilidade de um subemprego persistente no longo prazo na América Latina” e “inaugurou o debate latino americano sobre a relação entre desenvolvimento, determinação de salários e concentração de renda em condições de subemprego rural e urbano” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12).

Portanto, buscamos demonstrar a visão do economista e pensador, descrevendo nesse capítulo parte da sua contribuição para o estruturalismo cepalino, além da sua percepção sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Pretende-se ainda, demonstrar o processo de formação do pensamento do autor ao longo de alguns anos, para que assim possamos ter consciência das suas contribuições ao estruturalismo latino-americano.

2.1. “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”: CONTRIBUIÇÃO DE 1959

Enquanto ainda estava fazendo seu doutorado na Universidade de Paris, em Sorbonne (1948), Celso Furtado decidiu escrever sobre a situação do seu país de origem, o Brasil. E após quase dez anos de pesquisas, estudos e observações sobre a América Latina e especificamente sobre o seu país na Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), ele escreveu o livro “Formação Econômica do Brasil” (1959).

Durante os nove anos que esteve trabalhando na CEPAL (1949 – 1957), Celso Furtado pode compartilhar conhecimentos e pesquisas com Raúl Prebisch, que foi fundamental para lhe dar a percepção das especificidades do Brasil e assim encorajá-lo a aprofundar os estudos sobre o país. E foi entre 1953 a 1955 que levantou diversos dados para analisar a situação econômica do Brasil, além de mudar sua forma de pensamento da história econômica brasileira, nesse momento Furtado começou a dar ênfase na “análise dos fluxos de renda e das variáveis macroeconômicas, com nítida influência de Keynes, absorvida a partir de Prebisch” (BORJA, 2013, p. 84).

Após se distanciar da CEPAL (em 1957) para ser pesquisador na Universidade de Cambridge, Furtado participou de diversos cursos, além de realizar diversos encontros intelectuais que o ajudaram grandemente na escrita do livro “Formação Econômica do Brasil” (1959). O intuito do livro segundo Bielschowsky, “era mostrar que a economia brasileira foi formada com as duas especificidades apontadas por Prebisch – baixa diversidade e dualidade –, de modo que o processo de industrialização na década de 1950, sujeito a tais restrições estruturais ao crescimento, deveria ser entendida como problemático” (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 12).

Verifica-se que as pesquisas de Furtado para a escrita do livro tomaram um caminho histórico estrutural, começando pelo processo de industrialização brasileira. Sobre esta obra, Luiz Gonzaga Belluzzo diz que “Furtado executa com maestria o método que o professor João Manuel Cardoso de Mello chamou de “estudo da dinâmica das estruturas” (BELLUZZO, 2007, p. 11). Ao tomar o caminho histórico, ele observa que existia no Brasil desde o seu processo de formação econômica uma junção entre as relações sociais, forças produtivas e poder político.

E por isso, ao começar a destrinchar a história da economia brasileira, Furtado expõe que o processo de ocupação territorial do Brasil iniciado pela empresa colonial portuguesa se

deu por meio da economia açucareira e futuramente pela exploração mineira que levou a metrópole à decadência. Por isso, quando Portugal chegou ao Brasil, dispunha de mecanismos de comércio e apoio financeiro da Holanda, nos quais deram a possibilidade de aproveitar bons tempos de prosperidade.

Porém, Luiz Gonzaga Belluzzo esclarece que para Furtado os resultados dessa exploração e dos conflitos da época, levaram ao “surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais” (BELLUZZO, [1959] 2007, p. 14), que era a exploração açucareira no Caribe, pelos holandeses. Por isso, o autor dirige seus olhares para a América do Norte, a fim de entender os motivos que levaram os países centrais que haviam sido colônias terem um desenvolvimento tão distinto dos países subdesenvolvidos, afinal as suas origens foram tão semelhantes devido ao fato que não passavam de colônias de grande potência que visavam produzir para o mercado externo.

Os motivos dessa distinção para Furtado, segundo Luiz Gonzaga Belluzzo foram que o desenvolvimento da América do Norte se deu “de dentro pra fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno” (BELLUZZO, [1959] 2007, p. 14). Já para o Brasil, a grande produção da empresa açucareira para o mercado mundial foi o que deu sustentação à colonização e assim Bruno Borja enfatiza que Furtado em sua tese de doutorado esclarece que a economia brasileira é de tipo colonial, ou seja, “a serviço de interesses que se encontravam fora do país” (FURTADO [1948] 2001, p. 105 *apud* BORJA, 2013, p. 89).

Nesse ponto Furtado (1959) difere do pensamento de Prebisch ao considerar o Brasil como um país periférico, pois acredita que a economia brasileira era de tipo colonial. De acordo com Bruno Borja, em 1956, Furtado também não “adota o conceito de periferia, o autor vai elaborar uma nova compreensão da economia brasileira, rumando para o conceito de economia dependente” (BORJA, 2013, p. 98). Porém, diante da perspectiva histórico-estruturalista, na história mais recente do seu pensamento – a partir de 1966, o autor caracteriza o Brasil como sendo um país periférico.

Ao investigar os efeitos da Revolução Industrial na economia brasileira no final do século XVIII e começo do XIX, Furtado (1959) identifica problemas ocasionados pela divisão internacional do trabalho, tais como: a crise da economia mineira, o baixo nível de exportação e a queda do fluxo de renda. Bruno Borja enfatiza que:

“Furtado apresenta uma versão cíclica do desenvolvimento da economia colonial, passando do ciclo do açúcar ao ciclo do ouro e, por fim, ao ciclo do café. A queda do preço do açúcar com a concorrência antilhana provoca uma crise da produção brasileira e a colônia transfere seus recursos à mineração, mantendo os traços gerais da economia colonial monocultura. O mesmo ocorre na passagem da mineração ao ciclo do café, embora sem o exclusivismo comercial da metrópole, agora fornecendo diretamente ao mercado mundial, a economia brasileira teria conservado a forma colonial, dirigida pela classe de proprietários de terra, mas dominada pela finança internacional e subordinada aos interesses externos.” (BORJA, 2013, p. 90)

Neste mesmo sentido, Luiz Gonzaga Belluzzo diz que durante o século XIX a economia brasileira ao se aventurar com técnicas modernas e abrir os portos para o mercado estrangeiro, “foi marcada pela decadência econômica, só estancada quando o café rearticulou os nexos econômicos do Brasil com o exterior” (BELLUZZO, 2007, p. 15). Além de deixar claro que em 1975, “João Manuel Cardoso de Mello, no clássico *O capitalismo tardio*, diz que na América Latina a Revolução Industrial traz consigo o início da crise das economias coloniais” (BELLUZZO, 2007, p. 15).

É nesse momento de avanço até o século XIX que Furtado (1959) mostra o encerramento da etapa colonial, que de acordo com Bielschowsky derivou dos “sucessivos períodos de crescimento e retração” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12) das atividades econômicas. Pois, de acordo com Luiz Gonzaga Belluzzo,

“a instabilidade das economias colônias – do açúcar do nordeste à mineração do ouro nas Gerais – provocava, nos períodos de decadência, a regressão dos produtores para a economia de subsistência nas propriedades dos grandes latifundiários ou em minifúndios que produziam para consumo próprio” (BELLUZZO, 2007, p. 16).

Além disso, Furtado aponta um grave problema encontrado na produção da economia açucareira, que diz respeito à questão de mão de obra, que no começo era basicamente composto por indígenas, porém quando a produção começou a ganhar escala, se tornou necessário importar mão de obra escrava. Porém, com a extinção do tráfico de escravos, a estrutura da economia cafeeira começou a passar por dificuldades, que só foram resolvidas com a imigração.

Furtado chama nossa atenção para o alto nível de renda per capita que estava nas mãos dos senhores de engenho, nos quais eles usavam para importar bens de luxo dos países centrais, porém verificou-se que sobrava um volumoso excedente sem utilização. Por isso,

Furtado utiliza-se de um capítulo de “Formação Econômica do Brasil” (1959) para divagar sobre a questão do investimento, onde compara o tipo de investimento em uma economia capitalista e em uma economia escravista, como o Brasil.

A diferença consiste no fato de que na economia capitalista, os investimentos são canalizados para o pagamento dos fatores de produção, como mão de obra. Com isso, o investimento gera renda que é gasta com consumo, gerando assim um efeito dinâmico e criando o efeito multiplicador de renda. Já na economia escravista, parte do investimento se destinará às importações da mão de obra escrava, que é considerado um vazamento da renda. Portanto, a parte do investimento que permanece no país não tem expressão monetária, não gera renda e conseqüentemente não se multiplica igual nas economias capitalistas.

Por mais que na economia escravista quase não exista grande quantidade de circulação monetária, ela ainda pode ser considerada uma economia monetária. Porém, Furtado observou que a empresa açucareira não foi capaz de produzir uma mudança estrutural na economia, devido ao fato de que na expansão da produção não há restrições físicas para aumentar a produção, ou seja, a estrutura não se altera, ela apenas se amplia. Além disso, nos ciclos de baixa produção onde se espera que a estrutura mude isso quase não acontece. Devido ao fato de que com a queda dos preços e da rentabilidade, o lucro do fazendeiro não diminui tanto, pois não há gastos monetários para produzir, ou seja, ocorrem poucas mudanças estruturais⁴.

No que diz respeito à economia mineira, havia duas diferenças fundamentais da economia açucareira: a primeira diz respeito à identificação de uma renda per capita alta, porém não tão alta quanto a da região açucareira; e segundo que essa renda era melhor distribuída, ou seja, a participação de bens de uso normais frente aos bens de luxo era muito maior na economia açucareira. Por isso, Furtado observou todas as condições propícias criadas pela economia mineira, tal como renda per capita mais alta e mais bem distribuída, distância do litoral que tornava a região de difícil acesso; e concentração da população nos núcleos urbanos.

Contudo, devido ao fato da economia mineira não contar com nenhuma atividade em paralelo, quando a mineração acabou, aconteceu uma grande regressão econômica na região. Diferente da fase de declínio da economia açucareira quando houve queda dos preços,

⁴ Porém, percebe-se que essa questão da rentabilidade apontada por Celso Furtado gera uma imprecisão, pois devido à mudança na receita gera-se uma mudança no lucro e conseqüentemente, ocorrem mudanças na estrutura.

redução do lucro, custos monetários próximos de zero e manutenção da produção; na mineração, quando o ouro praticamente deixa de existir, acontece uma forte regressão econômica e os trabalhadores tiveram que migrar em direção à economia de subsistência.

Devido a esses acontecimentos, Furtado (1959) enfatiza que nunca se viu até aquele momento uma decadência econômica tão forte, onde uma economia rica e de alta produtividade migra para uma economia pobre e de subsistência. Pois,

“Poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se num regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país.” (FURTADO, [1959] 2007, p. 134)

Luiz Gonzaga Belluzzo nos diz que nesse momento, meados do século XIX, que “começam a prevalecer as características estruturais e dinâmicas” (BELLUZZO, 2007, p.16) da economia cafeeira. O café torna-se o principal produto de exportação brasileira, absorvendo a mão de obra ociosa e sendo considerada a única alternativa para salvar a economia nesse período de dificuldades após o declínio da economia de mineração. Porém, Furtado (1959) desconsidera as chances do desenvolvimento por meio dos produtos tradicionais de exportação, pois acreditava que para se desenvolver teria que inserir um produto dinâmico no comércio internacional.

Porém, na metade do século XIX verifica-se que o café passou a ser relevante na economia do país, devido ao fato do aumento do seu preço e da sua demanda crescente. Por esse motivo, Luiz Gonzaga Belluzzo mostra que havia uma expectativa sobre a economia cafeeira, pois

“a economia exportadora de trabalho assalariado, e portanto obrigada à rápida monetização das relações econômicas, era capaz de induzir efeitos “virtuosos” internos, como a construção da infra-estrutura de transportes, a urbanização e seus serviços e o desenvolvimento de algumas indústrias de bens de consumo” (BELLUZZO, 2007, p.16).

Com a abolição da escravidão em 1888, o trabalho escravo começou a ser progressivamente substituído pela mão de obra do imigrante europeu e no oeste paulista utilizou-se a mão de obra assalariada. Porém Furtado (1959) nos apresenta duas questões

quanto à abolição: primeiro referente à possibilidade de escolha do escravo liberto de ocupar uma terra e produzir para a sua subsistência; e segundo que para os fazendeiros conseguirem manter os escravos, eles deveriam pagar um salário acima do nível de subsistência. De acordo com Bruno Borja, “a incorporação de mão de obra à produção de café com assalariamento propiciou um aumento da massa de salários na economia e deu maior relevância ao mercado interno” (BORJA, 2013, p. 92).

Contudo, Bruno Borja mostra que o autor “identifica três fatores seculares atuando sobre a economia brasileira: piora nas relações de troca, desvalorização cambial e inflação” (BORJA, 2013, p.91). Pois, de acordo com Luiz Gonzaga Belluzzo, a economia cafeeira:

“Criou a possibilidade da multiplicação da renda monetária a partir das receitas das exportações e, ao mesmo tempo, o risco de crises de balanço de pagamentos, quando os termos de troca se tornaram desfavoráveis, fenômeno recorrente que suscitou as políticas de defesa do preço do café” (BELLUZZO, 2007, p.17).

Ou seja, a geração dos desequilíbrios externos se deu por conta dos problemas advindos do agravamento dos termos de troca dos produtos primários em comparação com os produtos manufaturados, levando à desvalorização da moeda e ao problema da inflação. Pois,

“Sendo a economia colonial essencialmente monocultora e com domínio político dos grandes proprietários, a tendência à queda dos preços de exportação é combatida com a desvalorização cambial, para sustentar seu preço em moeda nacional e garantir o lucro do produtor. Consequentemente, transfere-se as perdas dos exportadores para o conjunto da população extremamente dependente da importação de bens de consumo, pois a desvalorização cambial encarece o produto importado, gerando também inflação.” (BORJA, 2013, p.91)

Portanto, quando há a expansão da economia cafeeira, tem-se um grande aumento na quantidade exportada e uma melhora nos termos de troca, levando o setor exportador a ser o setor dinâmico da economia. Com isso, o aumento do preço do produto exportado gerava um incentivo para o fazendeiro investir nas plantações de café, tendo que contratar mais mão de obra, o que ocasionava na elevação do nível salarial da economia brasileira, porém o setor exportador mantém seu salário fixo, pois os ganhos da produtividade, fruto do aumento da produção do café, serão abstraídos apenas pelos cafeicultores, devido ao aumento do lucro e a fixação dos custos.

Referente à expansão da economia cafeeira, Borja diz que para Furtado quando houve a necessidade de suprir a demanda interna, ocorreu o desenvolvimento de uma pequena

indústria que “tinha seus momentos de crescimento justamente na baixa cíclica da exportação primária, pois a defesa dos interesses cafeicultores via desvalorização cambial criava uma barreira adicional à importação” (BORJA, 2013, p. 92) e “na alta cíclica, a maior entrada de divisas dava uma folga na restrição externa, aumentando a importação e colocando a indústria local em crise” (BORJA, 2013, p. 92). Ou seja, na alta cíclica o grande beneficiário é o cafeicultor e na baixa cíclica pressupõe que o beneficiário é o trabalhador, pois os salários não tendem a cair.

Portanto, no começo desse capítulo quando apontamos que o intuito de Furtado nesse livro era, segundo Bielschowsky, “mostrar que a economia brasileira foi formada com as duas especificidades apontadas por Prebisch – baixa diversidade e dualidade –” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12), temos aqui a confirmação desse pensamento. Pois de acordo com Borja, ao apontar os ciclos da economia cafeeira, “o autor constrói, portanto, uma relação inversa entre exportação e industrialização no Brasil” (BORJA, 2013, p.92).

E nesse momento de seu argumento, Furtado (1959) dá início ao debate sobre alguns pontos negativos da industrialização, como o mecanismo cambial que protegia a economia colonial, fazendo a indústria cafeeira se ampliar sem causar aumentos consideráveis de produtividade. Além disso, as contratações de uma mão de obra com baixa produtividade mantinham os salários inalterados. Porém, Bruno Borja salienta que Furtado (1959):

“Avalia que a industrialização trouxe conseqüências positivas para o conjunto da economia brasileira, tornando-a menos dependente das flutuações cíclicas dos preços internacionais dos produtos primários e possibilitando o rompimento da monocultura. Ao voltar sua produção para o mercado interno, também a agricultura sofreu modificações em sua estrutura, e o sistema colonial de monocultura para exportações foi progressivamente substituído pela policultura ligada ao mercado interno. Os processos de industrialização e urbanização integraram as diversas regiões do país em uma única economia. Se, no passado colonial, a economia brasileira se desenvolveu por ciclos de exportação em diferentes épocas e regiões, agora ela o faria por meio do mercado interno, unindo as regiões produtoras em torno de um único mercado, concluindo, assim, o processo de formação nacional.” (BORJA, 2013, p.93)

Devido às características positivas que propiciavam a expansão da economia cafeeira, que segundo Bruno Borja era “as condições da oferta, com disponibilidade de terras e mão de obra” (BORJA, 2013, p. 96), fizeram com que houvesse uma situação de superprodução.

Devido a esse fato, Luiz Gonzaga Belluzzo mostra que Furtado (1959) expõe em seu livro que:

“Ao impulsionar artificialmente a produção cafeeira e sustentar os seus preços no final dos anos 20, em meio a uma conjuntura internacional de liquidez abundante e especulação com estoques de matérias-primas, os mecanismos de defesa ajudaram a aprofundar o colapso dos preços, a superprodução e a violenta contração da renda deflagrados pelo *crash* de 1929.” (BELLUZZO, 2007, p.17)

Para contornar a situação de superprodução, a economia cafeeira fez alterações na política de defesa do café. Sobre este período, Belluzzo enfatiza que Furtado (1959) apresentou em seu livro que foi feita uma “política de defesa da renda interna, mediante o financiamento dos estoques de café com crédito doméstico” (BELLUZZO, 2007, p. 17). Segundo Bruno Borja a explicação para tal política se deu devido à situação que “em meio à crise, sem disponibilidade de empréstimos externos, a retenção e a destruição dos estoques foram financiadas via expansão do crédito em moeda nacional” (BORJA, 2013, p.96).

Nesse momento de seu argumento, Furtado (1959) afirma que “a política de fomento da renda, implícita na defesa dos interesses cafeeiros, era igualmente responsável por um desequilíbrio externo que tendia a aprofundar-se” (FURTADO, [1959] 2007, p.275). E com o aumento dos preços dos produtos importados, a alta demanda por esses bens caiu bruscamente e comprimiu o coeficiente de importações. Com isso, o autor diz que “cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital” (FURTADO, [1959] 2007, p.277), ou seja, aumenta a demanda interna por esses bens, levando o mercado interno a oferecer melhores oportunidades e consequentemente causando uma gradual substituição de importação. E assim, “o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem dúvida, o mercado interno” (FURTADO, [1959] 2007, p.277).

Segundo Borja, o argumento de Furtado (1959) sobre a dinâmica econômica se dar a partir do mercado interno no pós-crise é de que houve “o deslocamento do centro dinâmico para o interior da economia, atraindo para indústria os capitais investidos no café” (BORJA, 2013, p.97). Além disso, percebe-se que no período de expansão da indústria, pôde-se aproveitar a capacidade de produção que já estava instalada no país, portanto “contando com a capacidade ociosa e com equipamentos de segunda mão dos centros industriais em crise, a

indústria brasileira teve grande expansão nos anos 1930, substituindo os bens de consumo importados e produzindo, inclusive, parte dos bens de capital” (BORJA, 2013, p.97).

Sobre essa questão, Belluzzo enfatiza que “Furtado define as condições histórico-estruturais – as possibilidades e limitações – do processo brasileiro de industrialização por substituição de importações, que avançou com forte participação do Estado, vez por outra açoitado por crises de balanço de pagamentos” (BELLUZZO, 2007, p.18). A segunda guerra mundial trouxe à tona os problemas da industrialização brasileira, pois como não havia chances de aumentar a capacidade produtiva quando a demanda interna pelos produtos nacionais aumentou, tiveram que causar um aumento dos preços. Em consequência disso, Borja destaca que Furtado (1959) afirmou ter ocorrido “uma mudança nos preços relativos, barateando as importações frente ao produto nacional” (BORJA, 2013, p. 97).

Por isso, mesmo com o câmbio estando fixo e desvalorizado, que segundo Furtado foi “uma forma de proteger o setor exportador contra a pressão que as reservas cambiais acumuladas exerciam no sentido de valorização da moeda brasileira” (FURTADO, [1959] 2007, p. 298), e juntamente com a regularização do comércio e com a política liberal, ocorreu o aumento das importações. No entanto, adotou-se uma série de controles seletivos das importações, que de acordo com o autor “trata-se de uma resolução de importância básica na intensificação do processo de industrialização do país” (FURTADO, [1959] 2007, p.303). Mas, a adoção dessa política de controle das importações não foi o bastante para equilibrar a economia.

O processo inflacionário marcou o processo de industrialização brasileira devido ao acontecimento de redistribuição de renda. E de acordo com Borja o argumento de Furtado (1959) é que o processo inflacionário gerou consequências como “a reposição constante do desequilíbrio externo e uma recorrente inflação estrutural, entendida como um meio de distribuição de renda favorável ao setor industrial, com implicações sobre a política cambial adotada ao longo dos anos 1940” (BORJA, 2013, p.107) .

Por este motivo, Belluzzo apresenta as críticas feitas por Furtado ao processo da industrialização brasileira, como a “denúncia de uma suposta tendência à autarquia, à ineficiência, à falta de competitividade externa e à estatização” (BELLUZZO, 2007, p.17), além de enfatizar que esses “eram os males congênitos do processo de substituição de importações” (BELLUZZO, 2007, p.17).

E depois desse desfecho, Furtado (1959) apresenta as perspectivas para os próximos decênios, quando segundo Borja ele acreditava que teria “o aumento das desigualdades regionais, com diferentes níveis de renda” (BORJA, 2013, p.108), pois após o processo de industrialização e “entregue às forças do livre mercado, a economia tende a reproduzir e ampliar a concentração econômica e a desigualdade regional e social” (BORJA, 2013, p.108).

Por isso, Furtado aconselha que “o processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto de aproveitamento de recursos e fatores no país” (FURTADO, [1959] 2007, p.334), pois assim “caso progreda essa integração, a taxa média de crescimento da economia tenderá a elevar-se” (FURTADO, [1959] 2007, p.334).

Devido às contribuições de Furtado no seu livro “Formação Econômica do Brasil” (1959), não é de se espantar que este foi um dos seus livros mais conhecidos, como também demonstrou ser, segundo Borja, “o momento de consolidação de seu método histórico-estrutural, aplicado a um caso concreto, para desvendar a formação histórica da estrutura subdesenvolvida brasileira” (BORJA, 2013, p.98).

Portanto, após apresentar todas as perspectivas históricas da economia brasileira, Borja diz que Furtado “apontava para a importância que teria no futuro próximo a questão regional, com crescente desigualdades” (BORJA, 2013, p.98), além de enfatizar que “a conclusão do livro explicita a postura política de Furtado: necessidade de intervenção estatal para completar a industrialização, reduzindo a dependência externa e combatendo as desigualdades regionais e sociais de renda” (BORJA, 2013, p.108).

Isto é, na análise apresentada em “Formação econômica do Brasil” (1959) Furtado apresenta a inovadora perspectiva histórico-estrutural, significativa contribuição à construção da teoria do subdesenvolvimento estruturalista latino-americano e destaca nesta perspectiva as questões associadas à caracterização desigual das relações centro-periferia e à necessidade da intervenção estatal para o processo de industrialização nesta região que, eventualmente, levaria à redução da dependência e à redução da desigualdade.

2.2. “DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO”: CONTRIBUIÇÃO DE 1961

Durante os sete anos que fez parte da CEPAL (1949 – 1957), Celso Furtado observou que o tema subdesenvolvimento havia ganhado destaque no meio dos economistas latino-americanos. Percebe-se que durante esse período o autor já estava em processo de formação da teoria do subdesenvolvimento, onde ele buscou apresentar uma nova proposta em torno do tema. E com algumas diferenças com relação às interpretações e teorias já apresentadas, ele lançou a sua teoria do subdesenvolvimento.

Após dois anos da publicação do livro “Formação Econômica do Brasil” (1959), Celso Furtado publica o livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961), que pode ser considerado como uma crítica e uma reformulação do pensamento econômico para entender os problemas advindos do subdesenvolvimento. Pois, segundo Furtado, “a necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o a aproximar a Análise Econômica do método histórico” (FURTADO, [1961] 1965, p.13), como também “induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos” (FURTADO, [1961] 1965, p.13).

Nesta obra, Celso Furtado busca apresentar os problemas observados no subdesenvolvimento, que segundo Borja podem ser identificados como:

“os limites do comércio exterior e da especialização produtiva na divisão internacional do trabalho como via de desenvolvimento; o desequilíbrio do balanço de pagamentos e sua relação com a deterioração dos termos de troca; a polarização crescente da economia mundial entre centro-periferia ou desenvolvimento-subdesenvolvimento; a dependência tecnológica e a baixa absorção de trabalhadores pelos processos produtivos adotados, gerando a persistência de um excedente de mão-de-obra; e a necessidade da industrialização periférica e de seu planejamento pelo Estado.” (BORJA, 2013, p. 38)

Para dissertar sobre essa publicação, usaremos o recorte feito por Bielschowsky onde ele afirma que Furtado “introduziu no arcabouço analítico estruturalista o debate sobre a dificuldade que os setores urbanos modernos têm de absorver a força de trabalho que se transfere do campo para as cidades” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12), além de ser “o primeiro a levantar a possibilidade de um subemprego persistente no longo prazo na América Latina, ou a dualidade” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12).

Portanto, nosso foco não será analisar profundamente os três primeiros capítulos do livro, porém não descartaremos sua importância. Afinal, no primeiro capítulo Furtado (1961) nos mostra como se deu o progresso do pensamento econômico na escola clássica sobre o desenvolvimento. Segundo Borja, o que Furtado faz nestes capítulos “trata-se de uma tentativa de historiar o pensamento econômico a partir da perspectiva da teoria do desenvolvimento” (BORJA, 2013, p.153).

Furtado (1961) tenta formular uma teoria do desenvolvimento, como também restabelecer o modelo econômico da teoria clássica, questionando qual era o ponto máximo que os clássicos tentaram explicar sobre o processo de crescimento. Sobre esse ponto, Borja enfatiza que “pelo que foi exposto, fica evidente seu alinhamento à teoria clássica do excedente, com foco na produção, apropriação e utilização do excedente” (BORJA, 2013, p.156).

Já no segundo capítulo, Furtado (1961) apresenta o que ele acreditava serem os instrumentos do crescimento econômico – acumulação de capital e progresso técnico –, além de apresentar sua pesquisa sobre qual teoria do processo de desenvolvimento que seria válida universalmente, dando destaque aos modelos de crescimento de Harrod-Domar que traziam o investimento como sendo fator de geração de renda e de expansão da capacidade produtiva.

Furtado (1961) também aprofunda sua opinião sobre as políticas anticíclicas, que segundo Borja, ele acreditava que eram necessárias “para a manutenção do nível de emprego e renda” (BORJA, 2013, p.157), além de abrir “caminho à intervenção estatal, planejando o investimento e exigindo uma formulação teórica mais ampla sobre o processo de crescimento” (BORJA, 2013, p.157). Além disso, Furtado se preocupou em enfatizar as dificuldades do desenvolvimento, que “se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade” (FURTADO, [1961] 1965, p.91).

Quanto à questão do nível de emprego, também presente no capítulo, Borja destaca a preocupação de Furtado “com a problemática de Prebisch sobre a difusão do progresso técnico e a incompatibilidade entre as exigências da técnica produtiva importada e a disponibilidade de fatores, apontando na escassez de capital a causa da subutilização do fator trabalho, isto é, do subemprego” (BORJA, 2013, p.158). Além disso, quanto à produtividade, seus níveis mais baixos demonstravam que “o excedente disponível para consumo e investimento seria pequeno demais para por em marcha um processo endógeno de acumulação de capital” (BORJA, 2013, p.158).

Neste contexto, Furtado deixa claro que para superar as dificuldades do desenvolvimento contou-se com estímulo “de fora da comunidade” (FURTADO, [1961] 1965, p.91), ou seja, “o estabelecimento de uma corrente de intercâmbio externo cria, em uma economia de baixos níveis de produtividade, a possibilidade de iniciar um processo de desenvolvimento sem prévia acumulação de capital” (FURTADO, 1965, p.91). O argumento de Furtado nesta questão, como mostra Borja tem forte influência da contribuição de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca, pois:

“O subdesenvolvimento passa a ser compreendido, então, como um caso especial, onde existe um grande excedente de mão de obra e o estímulo externo se mostra relativamente fraco, sendo parte do fruto do aumento de produtividade transferido para o exterior pela queda dos preços. Assim, o aumento de produtividade não se traduz em aumentos de salário, mas agrava a extrema concentração de renda pela elevação dos lucros, de forma que se perde o mecanismo de interação entre a diversificação da estrutura de demanda e a estrutura de produção: o consumo de altas rendas destina-se em maioria para a importação, sem que se fomente o consumo da massa assalariada, ou seja, não há formação do mercado interno.” (BORJA, 2013, p.158)

Ao finalizar o capítulo, Furtado (1961) apresenta dois conselhos fundamentais para a questão do desenvolvimento: primeiro referente à necessidade de saber investigar os processos históricos do desenvolvimento para que assim facilite a “identificação de problemas” (FURTADO, 1965, p.105), ou seja, enfatiza a importância de uma análise histórica do processo de desenvolvimento; e o segundo, de acordo com Borja é que “para manter-se em crescimento uma economia precisa criar seu próprio mercado, repartindo os aumentos de renda entre a acumulação capitalista voltada para o investimento e a renda disponível para consumo da população” (BORJA, 2013, p.158).

No terceiro capítulo, Furtado (1961) utiliza-se de um dos seus próprios conselhos e investiga o processo histórico do desenvolvimento para explicar as origens da economia industrial. Dando ênfase à análise do fluxo de renda, que segundo o autor “está sujeito a complexas flutuações independentes de modificações na capacidade produtiva do sistema” (FURTADO, [1961] 1965, p. 112), além de considerar que “o seu crescimento a longo prazo só é factível se aumenta aquela capacidade produtiva” (FURTADO, [1961] 1965, p. 112). O autor também destaca a investigação “dos fatores que condicionam o aumento da capacidade produtiva e os efeitos desse aumento sobre o comportamento do fluxo de renda” (FURTADO, [1961] 1965, p. 112).

Para iniciar as investigações sobre o processo histórico do desenvolvimento da economia industrial, Furtado analisa o excedente de produção, conceituando-o como “a diferença entre o produto bruto e as necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção” (FURTADO, [1961] 1965, p.112). Assim sendo, Borja afirma que Furtado durante esse capítulo divaga sobre “as distintas formas de produção, apropriação e utilização do excedente em cada momento histórico, desde os antigos impérios, passando pelo feudalismo, pelo capitalismo comercial até chegar à moderna sociedade industrial” (BORJA, 2013, p. 160).

Após apresentar os momentos históricos, Borja mostra que Furtado (1961):

“Parece tentar historicizar tais princípios: se, nas primeiras fases do desenvolvimento industrial, valem a lei de Say e a determinação dos salários pelo nível de subsistência; posteriormente, com o desenvolvimento do mercado interno e a absorção dos trabalhadores excedentes, passa a valer o princípio da demanda efetiva e a determinação dos salários pelo nível de produtividade.” (BORJA, 2013, p.163)

Nesse momento do livro, Furtado para de analisar o desenvolvimento e começa a investigar os elementos da teoria do subdesenvolvimento, sua perspectiva histórica, ou seja, apresenta elementos de sua análise histórico-estrutural, “a diferenciação do mecanismo de crescimento na economia industrial e na economia comercial” (BORJA, 2013, p.164). Esta parte do livro é de fundamental importância na contribuição de Celso Furtado para a teoria estruturalista latino-americana. No primeiro subitem do quarto capítulo, Furtado mostra o conceito do modelo clássico do desenvolvimento industrial, que é “o propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não-econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia” (FURTADO, [1961] 1965, p.157).

Ainda sobre o desenvolvimento industrial, Borja mostra que Furtado (1961) apresenta que “as principais características da economia industrial são o crescimento endógeno e o imperativo do progresso tecnológico, atrelado à formação de capital” (BORJA, 2013, p.164), além de “inserir uma dimensão histórica nos modelos abstratos de crescimento” (BORJA, 2013, p.164). Mas ainda, investigando o desenvolvimento industrial europeu, o divide em duas fases:

“Na primeira fase do desenvolvimento industrial europeu predominaria o elemento dinâmico do lado da oferta, que deveria criar sua própria demanda, e os salários seriam determinados pelo nível de subsistência, uma vez que a desarticulação do

sistema artesanal garantia uma oferta elástica de trabalhadores. Já na segunda fase, a diferenciação da estrutura produtiva conferiria dinamismo à demanda, com sua diversificação guiando as mudanças na produção, da mesma forma que a absorção dos trabalhadores excedentes implicaria a determinação dos salários pela produtividade do trabalho.” (BORJA, 2013, p.165)

E assim, Borja mostra que Furtado (1961) conclui que devido ao desenvolvimento industrial da Europa, criaram-se as condições propícias para “o desenvolvimento econômico de quase todas as regiões do planeta” (BORJA, 2013, p.166). Porém, as regiões que não conseguiram alcançar o desenvolvimento econômico, fazem parte do que Furtado chama de “fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, [1961] 1965, p.173).

No que diz respeito ao subdesenvolvimento, Furtado enfatiza que pode ser considerado “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, [1961] 1965, p.173). Pois segundo o autor, “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, [1961] 1965, p. 184).

Portanto, o fenômeno do subdesenvolvimento segundo Furtado pode apresentar diversos casos, onde:

“O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. O caso mais complexo – exemplo do qual nos oferece o estágio atual da economia brasileira – é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento.” (FURTADO, [1961] 1965, p.184)

Furtado (1961) apresenta no seu quinto capítulo as suas contribuições sobre o desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas, divagando sobre suas causas estruturais, analisando o problema do desequilíbrio e mostrando uma formulação para esse problema. Além disso, trata-se com mais afinco a situação da economia latino-americana:

“Furtado avança sobre a hipótese de Prebisch acerca da peculiaridade do desenvolvimento latino-americano. Se Prebisch parte de uma constatação empírica da deterioração dos termos de troca para afirmar as diferenças na forma de atuação do ciclo econômico nas economias centrais e periféricas, Furtado historiciza a análise, para ver na formação histórica do sistema capitalista as diferentes trajetórias de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.” (BORJA, 2013, p.168)

E a partir desse momento, Furtado (1961) começa a formular o tipo ideal de subdesenvolvimento, e mostra que “o impacto da inserção de um núcleo capitalista em meio à economia pré-capitalista dependeria do aumento de fluxo de renda por ele originado, basicamente da massa de salários e da massa de lucros” (BORJA, 2013, p. 168).

Por isso, Furtado (1961) utiliza-se novamente das ideias de Raúl Prebisch, como a “lenta e irregular difusão do progresso técnico” (BORJA, 2013, p.169) para explicar que essa se apresentava “como uma dificuldade de propagação do sistema capitalista de produção” (BORJA, 2013, p.169). Como também apresenta que “a transferência dos frutos do progresso técnico é reformulada em termos de transferência do excedente, onde a produção com salário estável no nível de subsistência garantiria altas margens de lucro ao capital estrangeiro aplicado nos países desenvolvidos” (BORJA, 2013, p.169).

Durante todo o pensamento de Furtado, ele encara que mesmo a economia subdesenvolvida fazendo parte do sistema capitalista mundial, ela ainda era subordinada aos interesses dos países desenvolvidos, destacando o caráter dependente das economias subdesenvolvidas. Pois, segundo o autor “constitui característica geral das economias subdesenvolvidas um grau elevado de dependência do processo de formação de capital, com respeito ao intercâmbio externo” (FURTADO, 1961 [1965], p.197).

Portanto, ao trazer à tona o caso do subdesenvolvimento brasileiro, mais especificamente o caso da economia cafeeira, Furtado (1961) destaca “na experiência de desenvolvimento induzido de fora para dentro, forma-se primeiro a demanda por manufaturas, para depois, uma vez posta a restrição externa, efetuar-se a substituição de importações” (BORJA, 2013, p. 170), pois “assim, o elemento dinâmico provém do lado da demanda” (BORJA, 2013, p. 170). Porém, percebe-se que “a substituição de importações não garante que o setor industrial passe a ser o elemento dinâmico principal” (BORJA, 2013, p. 170).

Quanto ao grau de dependência, Borja apresenta que para Furtado (1961):

“Nas primeiras etapas do subdesenvolvimento a dependência manifesta-se na formação de poupança, enquanto nas fases superiores se expressa na transformação da poupança em investimento real, via importação de bens intermediários e de capital. Assim, o aumento dos investimentos eleva o coeficiente de importações e toda política de desenvolvimento que busque acelerar o ritmo de crescimento assumirá as características externas de pressões sobre o balanço de pagamentos e de pressões inflacionárias.” (BORJA, 2013, p.171)

Sendo assim, Furtado afirma que “o problema do desequilíbrio externo – como um fenômeno persistente – chega-se, necessariamente, à conclusão de que ele tem como causa um processo de inflação crônica, ou um desequilíbrio de custos e preços, resultante de uma inflação anterior, que foi reprimida, mas permanece em estado latente” (FURTADO, [1961] 1965, p.207). E no caso das economias que se industrializaram mediante a substituição de importações, o autor aponta que esse desequilíbrio se torna “inicialmente interno, resultante de inadequada orientação das inversões, e que acarreta a criação de capacidade ociosa” (FURTADO, [1961] 1965, p. 220), além de acarretar o problema da “insuficiência de oferta, o qual se traduz em pressão no balanço de pagamentos” (FURTADO, [1961] 1965, p. 220).

E para reverter esse desequilíbrio interno ou externo, Furtado mostra que “seria necessário agir sobre a orientação das inversões, e não, necessariamente, sobre o seu nível, pois, se assim procedermos, o equilíbrio somente será recuperado a um nível mais baixo de atividade econômica, mediante uma redução, portanto, do ritmo de crescimento” (FURTADO, [1961] 1965, p.220). E caso, “se pretende levar avante uma política de desenvolvimento, de nenhum modo se deverá sacrificar o nível da atividade econômica à correção do desequilíbrio” (FURTADO, [1961] 1965, p.220).

Enfim, Furtado aconselha que não se deve criar as condições necessárias para que aja investimento por parte dos empresários, mas sim “é necessário dar um passo adiante, garantindo que as inversões provoquem as modificações estruturais requeridas pelo desenvolvimento” (FURTADO, [1961] 1965, p.221). Pois, caso ocorra o contrário, como Borja destaca ao analisar a obra de Furtado “o sistema de preços de mercado agrava os desajustes estruturais, intensificando o investimento nacional nos setores já consolidados e criando, com isso, capacidade ociosa” (BORJA, 2013, p.171).

Ao iniciar este capítulo apontamos que o intuito de Furtado (1961) nesse livro era, segundo Bielschowsky, “levantar a possibilidade de um subemprego persistente no longo prazo na América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12) e para confirmar esse pensamento

Furtado aponta que não houve modificações na estrutura econômica da região onde a empresa capitalista se instalou, sendo assim, somente uma parte da mão-de-obra disponível conseguia ser absorvida. Além disso, os salários pagos para essa parte da mão-de-obra absorvida “não são determinados pelo nível de produtividade da empresa e, sim, pelas condições de vida prevalentes na região” (FURTADO, [1961] 1965, p.175).

Como o nível de salários pagos é determinado pela condição de vida da região, ou seja, pelas condições de subsistência, o lucro da empresa capitalista tende a ser alto, porém encontra-se mais propensa a absorver os problemas advindos da queda dos preços dos produtos, como Furtado exemplifica: “o nível de emprego pouco flutua” (FURTADO, [1961] 1965, p. 177). Por isso, com a falta de modificações na estrutura econômica e pela expansão da empresa capitalista nos países subdesenvolvidos, Furtado percebeu que “criou-se uma situação de equilíbrio em um nível permanente de subemprego de fatores, que seria inconcebível numa economia tipicamente capitalista” (FURTADO, [1961] 1965, p.177).

Assim sendo, Furtado apresenta que “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas” (FURTADO, [1961] 1965, P.184). Pois, considera que o subdesenvolvimento é um processo onde as empresas capitalistas modernas ingressaram nas estruturas econômicas periféricas e mesmo com o processo de substituição de importações, assim como a absorção das inovações tecnológicas, não foram capazes de modificar a estrutura econômica, fato que dificultou a absorção do setor de subsistência. Ou seja, para Furtado “mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda per capita do conjunto da população” (FURTADO, [1961] 1965, p.185), a absorção de mão de obra para modificar a estrutura ocupacional do país acontecerá paulatinamente.

Furtado (1961) percebe ao longo do sexto capítulo, mais especificamente no subitem intitulado “Características do processo de industrialização”, que o processo de industrialização ocorrido no Brasil, não foi capaz de absorver a mão de obra advinda da economia colonial, porém conseguiu recrutar a mão-de-obra dos fluxos migratórios. Segundo o autor, esse fenômeno ocorreu devido ao fato de que o processo de industrialização “fixou-se na região de grande expansão agrícola para exportação, de escassez relativa de mão-de-obra, e forte imigração européia” (FURTADO, [1961] 1965, p. 245), ou seja, as inovações

tecnológicas que permitiram a expansão agrícola, “se fez no sentido de mecanização, para poupar mão-de-obra” (FURTADO, [1961] 1965, p. 245).

Furtado ao observar que as inovações tecnológicas não foram capazes de absorver a mão-de-obra advinda da economia de subsistência, conclui que “o desenvolvimento industrial não determinou um processo de urbanização que permitisse a absorção fora da agricultura de todo o incremento da população” (FURTADO, [1961] 1965, p. 251).

Portanto, temos capacidade de concordar com Bielschowsky quando ele apresenta o seu argumento que para Furtado,

“nas sociedades latino-americanas, mesmo com um crescimento sustentado é difícil absorver a abundante oferta de mão-de-obra. Por isso, o crescimento pode prosseguir por muito tempo com a preservação de desemprego e subemprego, assim como de heterogeneidade tecnológica, concentração de renda e injustiça social”. (BIELSCHOWSKY, 2011, p.12).

Na análise apresentada em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961) Furtado apresenta as críticas sobre as teorias do desenvolvimento da escola clássica, além de sintetizar o mecanismo de desenvolvimento e o processo histórico de desenvolvimento da economia capitalista europeia. Além disso, o autor apresenta a sua formulação da teoria do subdesenvolvimento, mostrando a trajetória do processo de subdesenvolvimento dos países periféricos, como também o mecanismo de crescimento da economia industrial, comercial e urbana.

Ao apontar os desajustes estruturais que acentuam as inversões nos setores capitalistas, Furtado mostra que esse processo gera capacidade ociosa, além de desequilíbrios externos, inflação e desigualdades sociais. Portanto, o autor verifica que se finda o processo de industrialização por substituição de importações e aconselha que apenas uma modificação na distribuição de renda e na concentração fundiária seria capaz de reverter os problemas sociais e econômicos dos países periféricos.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, tentamos apresentar como se deu o processo histórico e teórico da formação de pensamento sobre subdesenvolvimento e estruturalismo latino-americano dos autores – Raúl Prebisch e Celso Furtado. Após sintetizarmos suas obras e apontarmos dentre suas pesquisas e investigações suas considerações sobre o tema, buscamos apresentar para os leitores o quão importante foi a inserção desses autores no contexto da economia da América Latina.

Quanto ao economista e pensador Raúl Prebisch, a metodologia utilizada no trabalho consiste em apresentar quatro sínteses de algumas das suas obras, as quais deram aporte para tentarmos fundamentar o processo de pensamento sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

Assim sendo, na primeira síntese apresentada sobre as contribuições de Prebisch, tentamos demonstrar como se deu a dinâmica do autor para identificar as causas que levaram o sistema econômico dos países periféricos a terem dificuldade de conciliar os interesses internos e externos da economia. Além disso, buscamos demonstrar como se deu para o autor, o processo da industrialização latino-americana, pois assim tivemos capacidade de apresentar qual foi sua formulação da identificação dos problemas do subdesenvolvimento latino-americano. Também apontamos as sugestões do autor para a superação da dependência externa que se criou nos países periféricos.

Na segunda síntese, tentamos apresentar como Prebisch trata de maneira mais profunda os problemas que o desenvolvimento econômico desencadeou na economia latino-americana. Além disto, mostramos que a partir desse momento, o autor considera de forma mais clara a necessidade de uma política estatal, por isso apontamos como se deu a formação da proposta de uma política de intervenção estatal para os países da América Latina alcançarem o processo de industrialização por substituição de importações.

Na terceira síntese tínhamos o objetivo de demonstrar como o pensamento de Raúl Prebisch se transformou após o mesmo ter saído da Comissão Econômica dos Países da América Latina e Caribe (CEPAL). Nesse momento, o autor pensava de maneira mais ampla sobre os problemas que a América Latina enfrentava após o processo de desenvolvimento. E com isso mostramos que a partir desse momento, Prebisch aconselhava os países periféricos a terem uma taxa mínima de crescimento, além de fortalecer suas economias exportadoras.

Também apresentamos quais foram as políticas de comércio e desenvolvimento que o autor apresentou nesta obra.

Na quarta síntese, o objetivo foi apontar suas novas contribuições sobre a estrutura centro-periferia, sua formulação da teoria da transformação e suas contribuições para a teoria da dependência. Além disso, buscamos apresentar qual era a visão do autor sobre as mudanças que deveriam ocorrer na estrutura do poder econômico e político dos países periféricos, como também apontamos as críticas que sofreu devido às suas novas contribuições sobre o subdesenvolvimento. E ainda, mostramos novamente quais eram para o autor os principais problemas do desenvolvimento que os países da América Latina enfrentavam e quais foram seus conselhos para a reversão destes.

No que diz respeito ao economista e pensador Celso Furtado, buscamos durante o trabalho apresentar sua formulação histórica e teórica sobre o estruturalismo latino-americano, para que o leitor possa compreender quais foram as novas contribuições que o autor apresentou para a teoria estruturalista que Raúl Prebisch havia criado. Deste modo, utilizamos como metodologia o recorte teórico feito por Ricardo Bielschowsky (2011) que consiste em dividir a contribuição original do pensamento de Furtado ao estruturalismo em duas fases e em duas obras, nas quais apresentamos sínteses que deram subsídio para tentarmos apresentar as contribuições para a teoria do estruturalismo.

Sendo assim, na primeira síntese apresentada tentamos mostrar como se deu a formulação histórico-estrutural do autor, tratando-se exclusivamente da análise da formação da estrutura subdesenvolvida do Brasil. Para isso, apontamos como ocorreu o caminho desde a colonização do país até o seu processo de industrialização. Além disso, apresentamos suas formulações sobre qual seria o tipo de economia vigente no Brasil, e também caracterizamos quais foram os problemas advindos do processo de industrialização por substituição de importação. O autor também apresenta sua formulação histórico-estrutural para a economia latino-americana como um todo em “A economia latino americana: formação histórica e problemas contemporâneos” (1976), mas optamos por não abordar esta obra nesta monografia.

Na segunda síntese, o objetivo era apresentar suas novas contribuições, principalmente analíticas, à teoria estruturalista que Furtado mostrou durante a formulação da sua teoria do subdesenvolvimento, apresentando elementos teóricos que Raúl Prebisch só conseguiu absorver nas suas obras posteriores. Tentamos enfatizar que Celso Furtado foi o primeiro

economista estruturalista que investigou o acontecimento de um estado de subemprego (e sua tendência de longo prazo) na América Latina, além de perceber que foram as inovações tecnológicas que levaram os países subdesenvolvidos a conviver com a condição de desemprego, subemprego, concentração de renda e desigualdades sociais, fatos que levavam os países a terem freqüentes problemas econômicos, sociais e políticos.

Após o processo de apresentação das sínteses das obras dos autores, criamos a base para apontarmos quais foram os pontos de convergências e divergências nas contribuições dos autores. Ao que se refere aos pontos de convergências, percebemos que ambos os autores fizeram críticas a economia do desenvolvimento ortodoxo; conseguiram expandir a reflexão sobre o desenvolvimento latino-americano; propuseram políticas para o desenvolvimento econômico dos países da América Latina; possuíam influência da teoria econômica clássica; e constataram o esgotamento do processo de substituição de importação.

Quanto aos pontos de divergência, percebemos que ambos os autores possuíam visões distintas sobre o mundo, sendo este o elemento fundamental para podermos observar as diferenças nas contribuições e nos momentos de inserções dos autores sobre a questão do subdesenvolvimento e estruturalismo latino-americano. Quanto a Celso Furtado, percebemos que ao realizar sua análise histórica sobre o subdesenvolvimento, o autor negou alguns elementos do sistema centro-periferia que havia sido formulado por Raúl Prebisch. Além disso, Furtado conseguiu se distanciar mais do que Prebisch da teoria neoclássica; inseriu na sua análise elementos históricos, sociais e políticos que só foram absorvidos por Prebisch posteriormente, em 1970; e conseguiu por meio da formulação histórica e teórica da sua teoria do subdesenvolvimento, observar e teorizar a trajetória estrutural dos países da América Latina.

Portanto, conclui-se que as contribuições de Celso Furtado foram fundamentais para enriquecer a teoria do estruturalismo apresentado inicialmente por Raúl Prebisch. Destacando as semelhanças de suas formulações sobre o subdesenvolvimento latino-americano. Ainda que suas formulações tenham pontos de diferenças, estes foram autores que dialogaram muito entre si, não só teoricamente, mas também, devido à participação conjunta em eventos, comissões, estudos e investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZZO, Luis Gonzaga. “Prefácio”. *In*: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 34ª ed., 2007, p. 11-19.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Prefácio”. *In*. GUIRRIERI, Adolfo (org.). **O manifesto latino-americano e outros ensaios**, p. 7-14, 2011.

BORJA, Bruno. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. 202 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

FURTADO, Celso. **Uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 34ª ed., [1959] 2007.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa: Fundo de Cultura, 3ª ed., [1961] 1965.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª Ed., [1976] 2007.

PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. [1949] *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000. 1 v., p. 69-136.

_____. **Crescimento, Desequilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico**. *In*: PREBISCH, R. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1950] 2011.

_____. “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico” [1951]. *In*: GURRIERI, Adolfo. (org.) **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Cetro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 247-298.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento econômico latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [1963] 1964.

_____. “A periferia latino-americana no sistema global do capitalismo” [1981]. *In*: GURRIERI, Adolfo. (org.) **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Cetro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 635-647.